



Universidade de Brasília

FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO-SENSU EM EDUCAÇÃO FÍSICA

JONATHAS CARVALHO DE SOUSA

POLÍTICAS DE FINANCIAMENTO DO ESPORTE NO BRASIL: situando a produção
do conhecimento

BRASÍLIA - DF

JULHO/2024



Universidade de Brasília

POLÍTICAS DE FINANCIAMENTO DO ESPORTE NO BRASIL: SITUANDO A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO

Jonathas Carvalho de Sousa

Orientador: Fernando Mascarenhas

Coorientador: Fernando Henrique Carneiro Silva

Área de Concentração: Estudos socioculturais, políticos, pedagógicos e psicológicos da Educação Física

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Física da Faculdade de Educação Física da Universidade de Brasília (FEF-UnB) para obtenção do título de Mestre em Educação Física.

Área de concentração: Estudos Socioculturais, políticos, pedagógicos e psicológicos da Educação Física.

Linha de pesquisa: Aspectos políticos, pedagógicos e psicológicos do esporte.

Tema de pesquisa: Políticas de Esporte e Lazer.

BRASÍLIA

2024

Ficha catalográfica



Universidade de Brasília

FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO-SENSU EM EDUCAÇÃO FÍSICA

POLÍTICAS DE FINANCIAMENTO DO ESPORTE NO BRASIL: SITUANDO A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO

JONATHAS CARVALHO DE SOUSA

Banca Avaliadora

Prof. Dr. Fernando Mascarenhas - Presidente

Universidade de Brasília

Prof. Dr. Fernando Henrique Carneiro Silva - Coorientador

Instituto Federal de Goiás

Dr^a Eliane Elicker - Membro Externo

Universidade Federal do Acre - UFAC

Prof. Dr. Ywry Crystiano da Silva Magalhães - Membro Externo

Instituto Federal do Maranhão - IFMA

Este trabalho é dedicado à minha mãe: Joalice Pereira de Carvalho, mulher trabalhadora que, sozinha, educou, alimentou, vestiu e dedicou muito amor aos dois filhos que teve e, hoje em dia, continua na lida diária contribuindo na educação dos netos que hoje tem. Minha mãe, mais uma vez: muito obrigado por tudo!

AGRADECIMENTOS

Ao final de todo processo de escrita acadêmica é comum que agradeçamos a todos aqueles que estiveram presentes durante a jornada. E aqui não será diferente.

Em primeiro lugar, agradeço aos professores que tive a honra de ser aluno no mestrado e, infelizmente, não pude conhecer todos pessoalmente devido a como foi o processo de entrada no Programa de Pós-graduação em Educação Física da Universidade de Brasília (PGEF-UnB). Eram tempos pandêmicos e os contatos eram virtuais, mas quero deixar registrada a minha gratidão a cada um deles: professor Dr. Jonatas Maia da Costa (Teorias da Educação e Educação Física); ao professor Dr. Reginaldo Ghiraldelli (Capitalismo, Trabalho e Questão Social); ao professor Dr. Edson Marcelo Húngaro (Teoria Social, Pós-Modernidade e Educação Física); ao professor Dr. Pedro Fernando Avalone Athayde (Políticas de Esporte e Lazer); e ao professor Dr. Carlos Alberto Ferreira Lima (Estado, Sociedade e Formação Social Brasileira) que contribuíram demais para que eu pudesse alcançar esta etapa. Muito obrigado, professores!

Agradeço também ao Grupo de Estudos e Pesquisas Pedagógicas em Educação Física – GEPPEF/DEF/UFMA por toda a formação humana e acolhimento ao longo dos anos. Sem esse acolhimento e participação, seria inviável as diversas descobertas acadêmicas que tive. Tenho muita gratidão por todo conhecimento compartilhado! Obrigado, GEPPEF!

Por fim, e muito importante, agradecer aos dois “Fernandos” que me acompanharam nesse processo da pós-graduação.

Ao Fernando Henrique, eu quero agradecer por cada conversa, por cada orientação, por cada ensinamento no decorrer deste trabalho, desta escrita, deste mestrado. Agradeço pelos momentos de incentivo e de paciência também, sem a companhia dele, este processo de formação teria sido centenas de vezes mais “custoso”.

Ao Fernando Mascarenhas, agradeço, de todo o coração, por cada momento de compreensão e estímulo durante a reta final deste trabalho, que sem sombra de dúvidas foram primordiais para a continuidade desta tarefa. Ter essas duas personalidades participando da minha trajetória acadêmica só me faz ter uma enorme gratidão por tudo aqui desenvolvido.

E, verdadeiramente me encaminhando para os finalmentes... Agradeço a minha família, em especial a minha esposa, Mayara Monteles, que gerou, durante a maior parte de 2023, o maior presente e benção da minha vida, que foi o nascimento do meu filho: Martin! Que felicidade foi a chegada dele na minha vida. Dessa forma, agradeço por todo apoio, principalmente nos momentos que demonstrei não ser possível seguir em frente. Foi minha

família que continuou junto comigo me dando suporte necessário. Sem vocês, nada disso seria realidade. Obrigado, família!

RESUMO

O estudo se enquadra em uma perspectiva crítica de análise da produção científica e teve como objetivo geral realizar uma pesquisa de cunho bibliográfico com o intuito de verificar como tem se configurado os estudos do financiamento esportivo no Brasil, no período de 2002 a 2022, quais as métricas relacionadas aos artigos, quais as relacionadas às teses e dissertações, quais as que representam os demais tipos de publicações, como livros, monografias, resumos e quais as instituições e autores envolvidos. Para se atingir o objetivo listado, foram elencados os seguintes objetivos específicos: a) Quantificar as produções acadêmicas publicizadas no período mencionado; b) Categorizar a produção acadêmica por tipo de publicação: teses e dissertações; artigos de periódicos e demais publicações; c) Apresentar os temas contidos nas produções acadêmicas, executando categorização mediante cronologia, autoria, instituição/grupos de pesquisa envolvidos e locais de publicação; e d) Apresentar o inventário da produção acadêmica identificada por esta dissertação. Deste modo, o trabalho configura-se como um estudo de caráter bibliográfico em que foram estabelecidas as categorias de teses, dissertações, artigos e demais produções científicas para dar suporte ao desenvolvimento desta escrita. Desta forma, com levantamento das produções acadêmicas realizado, foi possível realizar a métrica e o inventário da produção acadêmica durante o período sob investigação. Assim, ao final do trabalho foi possível notar que o “estado de incipiência” da produção acadêmica sobre o tema do financiamento esportivo tem diminuído; a publicação da pós-graduação (mestrados e doutorados) também tem demonstrado aumento no número de publicações. Já no que se refere à categoria dos artigos, estes apresentaram um pequeno aumento nas produções se comparados a momentos anteriores. Diante do cenário exposto, foi possível destacar as universidades, os autores, os programas de pós-graduação e os periódicos com maior volume de publicação. Desta forma, pode-se perceber que as Universidade de Brasília e a Universidade Federal do Paraná estiveram presentes em todas as categorias de publicação, representando assim instituições aglutinadoras da pesquisa sobre o financiamento esportivo.

Palavras-chave: Políticas públicas; Financiamento público; Financiamento do esporte; Produção científica.

ABSTRACT

The study fits into a critical perspective of analysis of scientific production and its general objective was to carry out bibliographical research with the aim of verifying how sports financing studies have been configured in Brazil, in the period from 2002 to 2022, what are the metrics related to articles, which are related to theses and dissertations and which represent other types of publications, such as books, monographs, abstracts, which are the institutions and authors involved. To achieve the listed objective, the following specific objectives were listed: a) Quantify the academic productions published in the mentioned period; b) Categorize academic production by type of publication: Theses and Dissertations; journal articles and other publications; c) Present the themes contained in academic productions, performing categorization based on chronology, authorship, institution/research groups involved and places of publication; and d) Present the inventory of academic production identified by this dissertation. In this way, the work is configured as a study of a bibliographic nature where the categories of theses, dissertations, articles and other scientific productions were established to support the development of this writing. In this way, with the survey of academic productions carried out, it was possible to carry out the metrics and inventory of academic production during the period under investigation. Thus, at the end of the work it was possible to note that the “incipient state” of academic production on the topic of sports financing has decreased; Postgraduate publications (masters and doctorates) have also shown an increase in the number of publications. Regarding the category of articles, they showed a small increase in production compared to previous moments. Given the above scenario, it was possible to highlight the universities, authors, postgraduate programs and journals with the highest volume of publications. In this way, it can be seen that the Universidade de Brasília - UnB and the Universidade Federal do Paraná - UFPR were present in all publication categories, thus representing institutions that bring together research on sports financing.

Keywords: Public policies; Public financing; Sport financing; Scientific production

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Levantamento Google Acadêmico. Dados: Google Acadêmico. Elaboração própria.....	32
Gráfico 2 - Publicações dos artigos por ano. Elaboração própria.	78
Gráfico 3 - Temas abordados pelos artigos. Elaboração própria.....	79
Gráfico 4 - Quantidade de produção por periódico. Elaboração própria.....	80
Gráfico 5 - Demais produções por tipo. Fonte: Elaboração própria.....	86
Gráfico 6 - Demais produções por ano. Elaboração própria.	86
Gráfico 7 - Produção por instituição envolvida. Fonte: Dados de pesquisa. Elaboração própria.	92

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Tela inicial da BDTD. Fonte: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações.	25
Figura 2 - Tela de resultados da BDTD. Fonte: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações	25
Figura 3 - Instituições envolvidas. Fonte: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações	26
Figura 4 - Documentos disponibilizados. Fonte: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações	26
Figura 5 - Tela inicial de pesquisa do Google Acadêmico. Fonte: Google Acadêmico.....	27
Figura 6 - Tela de busca do Google Acadêmico. Fonte: Google Acadêmico.	27
Figura 7 - Tela de resultado 1 da busca no Google Acadêmico. Fonte: Google Acadêmico...28	
Figura 8 - Tela de resultado 2 da busca no Google Acadêmico. Fonte: Google Acadêmico...28	
Figura 9 - Tela de resultado 3 da busca no Google Acadêmico. Fonte: Google Acadêmico...29	
Figura 10 - Tela de resultado 3 da busca no Google Acadêmico. Fonte: Google Acadêmico. 29	
Figura 11 - Tela de resultado 5 da busca no Google Acadêmico. Fonte: Google Acadêmico. 30	
Figura 12 - Tela de refinamento da pesquisa. Fonte: Google Acadêmico.	31

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Quantitativo geral de teses e dissertações. Fonte: dados da pesquisa. Elaboração própria.....	32
Quadro 2 - Concentração das teses por região. Fonte: dados da pesquisa. Elaboração própria.	46
Quadro 3 - Concentração das dissertações por região brasileira. Elaboração própria.	52
Quadro 4 - Artigos publicados em 2013. Fonte: dados da pesquisa. Elaboração própria.	52
Quadro 5 - Artigos publicados em 2014. Fonte: dados da pesquisa. Elaboração própria.	53
Quadro 6 - Artigos publicados em 2015. Fonte: dados da pesquisa. Elaboração própria.	55
Quadro 7 - Artigos publicados em 2016. Fonte: dados da pesquisa. Elaboração própria.	58
Quadro 8 - Artigos publicados em 2017. Fonte: dados da pesquisa. Elaboração própria.	61
Quadro 9 - Artigos publicados em 2018. Fonte: dados da pesquisa. Elaboração própria.	63
Quadro 10 - Artigos publicados em 2019. Fonte: dados da pesquisa. Elaboração própria.	69
Quadro 11 - Artigos publicados em 2020. Fonte: dados da pesquisa. Elaboração própria.	72
Quadro 12 - Artigos publicados em 2021. Fonte: dados da pesquisa. Elaboração própria.	76
Quadro 13 - Artigos publicados em 2022. Fonte: dados da pesquisa. Elaboração própria.	78
Quadro 14 - Demais produções acadêmicas. Fonte: dados da pesquisa. Elaboração própria.	85
Quadro 15 - Quantidade por periódico. Fonte: dados da pesquisa. Elaboração própria.	89
Quadro 16 - Autores envolvidos por produção acadêmica. Fonte: dados de pesquisa. Elaboração própria.....	91

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANDE	Associação Nacional de Desporto para Deficientes
BDB	Programa da Biblioteca Digital Brasileira
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CBCE	Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte.
CBHb	Confederação Brasileira de Handebol
CEV	Centro Esportivo Virtual
CONBRACE	Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte
CONICE	Congresso Internacional de Ciências do Esporte
COVID-19	Corona Vírus Disease (doença do coronavírus, em português).
CPB	Comitê Paralímpico Brasileiro
FACCAT	Faculdades Integradas de Taquara
FACINOR	Faculdade Intermunicipal do Noroeste do Paraná
FGV – RJ	Fundação Getúlio Vargas – Rio de Janeiro
FINEP	Financiadora de Estudos e Pesquisas
FPM	Fundo de Participação dos Municípios
GEPPOL	Grupo de Estudos e Pesquisa em Políticas Públicas de Esporte e Lazer
GTT's	Grupos de Trabalho Temáticos
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciências e Tecnologia
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IFG	Instituto Federal de Goiás
IFMA	Instituto Federal do Maranhão
IFSULDEMINAS	Instituto Federal do Sul de Minas Gerais
MD	Ministério do Desenvolvimento
ME	Ministério do Esporte
Nuteses	Núcleo de Teses e Dissertações
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PAAR	Programa de Atletas do Alto Rendimento
PELC	Programa Esporte e Lazer da Cidade

PGEF-UnB	Programa de Pós-Graduação em Educação Física da Universidade de Brasília
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPG-EEFFTO-UFMG	Programa de Pós-Graduação da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da Universidade de Minas Gerais
PROFUT	Programa de Modernização da Gestão e Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro
PT	Partido dos Trabalhadores
PUC-RJ	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
RNC	Ranking Nacional de Clubes
SARS – COV 2	Coronavírus 2 da Síndrome Respiratória Aguda Grave
SBPC	Sociedade Brasileira Para o Progresso da Ciência
Sibradid	Sistema Brasileiro de Documentação e Informação Desportiva
TCU	Tribunal de Contas da União
UDESC	Universidade do Estado de Santa Catarina
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UEM	Universidade Estadual de Maringá
UERN	Universidade Estadual do Rio Grande do Norte
UFAC	Universidade Federal do Acre
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFS	Universidade Federal de Sergipe
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UnB	Universidade de Brasília
UNEB	Universidade do Estado da Bahia
UNESP – Rio Claro	Universidade Estadual Paulista Rio Claro
UNICAMP	Universidade de Campinas
UNIOESTE	Universidade Estadual do Oeste do Paraná

UNIVASF

Universidade Federal do Vale do São Francisco

USP

Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

GLOSSÁRIO	16
UM APARTE NECESSÁRIO...	17
1 – INTRODUÇÃO	20
2 - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	24
2.1 Plataforma da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações - BDTD ..	25
2.2 Plataforma Google Acadêmico	26
3 ESTADO, POLÍTICAS PÚBLICAS E FINANCIAMENTO DO ESPORTE	33
4 CENÁRIO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO SOBRE FINANCIAMENTO DO ESPORTE.....	39
5 CATEGORIZANDO OS TRABALHOS.....	44
5.1 Teses.....	44
5.2 Dissertações	47
5.3 – Artigos.....	52
5.4 Demais produções -.....	81
6 O INVENTÁRIO DA PRODUÇÃO	88
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	94
REFERÊNCIAS.....	97

GLOSSÁRIO

EMENDAS PARLAMENTARES¹ – De acordo com a Constituição, a emenda parlamentar é o instrumento que o Congresso Nacional possui para participar da elaboração do orçamento anual. Em outras palavras é a oportunidade que os **Deputados** têm de acrescentarem novas programações orçamentárias com o objetivo de atender as demandas das **comunidades que representam**.

Ou seja, é por meio das emendas que Deputados Federais podem influenciar no que o dinheiro público será gasto. No Brasil, quem elabora o orçamento (ou seja, o documento que define quanto dinheiro o governo pretende arrecadar e gastar durante o ano) é o poder Executivo (Presidente, Governadores e Prefeitos). Por isso, a participação direta dos parlamentares nessas decisões é feita por meio das emendas. (fonte/Referência: SINCONV 2024)

As emendas podem ser de quatro tipos principais:

1. **Emendas Individuais:** Propostas por parlamentares individualmente, cada um tem direito a um número limitado de emendas.
2. **Emendas de Bancada:** Apresentadas coletivamente por grupos de parlamentares, como as bancadas estaduais, regionais ou temáticas.
3. **Emendas de Comissão:** Propostas pelas comissões permanentes do Congresso Nacional.
4. **Emendas de Relator:** Propostas pelo relator-geral do orçamento, que tem a responsabilidade de consolidar todas as propostas e ajustar o orçamento final.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA² – de acordo com Escola Nacional de Administração Pública – ENAP (2014):

Pode-se definir a Execução Orçamentária como a utilização dos créditos (ou dotações) consignados no orçamento. Já a execução financeira representa a utilização dos recursos financeiros, visando a atender a realização das ações orçamentárias atribuídas a cada unidade. (ENAP, 2014, p. 06) (Referência: ENAP: Orçamento Público Conceitos Básicos - Módulo (5))

De acordo com a Controladoria Geral da União (2024), a execução orçamentária deve obedecer às seguintes etapas:

1. O **empenho** é a etapa em que o governo reserva o dinheiro que será pago quando o bem for entregue ou o serviço concluído. Isso ajuda o governo a organizar os gastos pelas diferentes áreas do governo, evitando que se gaste mais do que foi planejado.
2. Já a **liquidação** é quando se verifica que o governo recebeu aquilo que comprou. Ou seja, quando se confere que o bem foi entregue corretamente ou que a etapa da obra foi concluída como acordado.

¹Disponível em: <https://siconv.com.br/o-que-sao-emendas-parlamentares/>

²Disponível em:

<https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/2210/1/Or%C3%A7amento%20P%C3%ABlico%20Conceitos%20B%C3%A1sicos%20-%20M%C3%B3dulo%2020%285%29.pdf>

3. Por fim, se estiver tudo certo com as fases anteriores, o governo pode fazer o **pagamento**, repassando o valor ao vendedor ou prestador de serviço contratado.

FONTE DE FINANCIAMENTO: ORÇAMENTÁRIO; EXTRA ORÇAMENTÁRIO E GASTOS TRIBUTÁRIOS - As fontes de financiamento no Brasil podem ser oriundas de três categorias.

A categoria orçamentária está relacionada à Lei Orçamentária Anual (LOA), ou seja, é o orçamento previsto pelo poder público a ser utilizado na próxima execução fiscal.

Já quando se trata do financiamento extra orçamentário, isso quer dizer que o recurso não passou pelo planejamento orçamentário proveniente de uma LOA. Neste caso, o financiamento extra orçamentário para o esporte

Abarcam esta fonte: os repasses sobre concursos prognósticos e loterias para entidades esportivas, os patrocínios sem incentivo fiscal das estatais federais e a contribuição sobre salários e transferências de atletas profissionais pagos pelas entidades de prática esportiva para a assistência social e educacional da categoria. (CARNEIRO, 2018, p 204)

No que tange aos gastos tributários, de acordo com a Receita Federal do Brasil, temos:

gastos tributários são gastos indiretos do governo realizados por intermédio do sistema tributário, visando a atender objetivos econômicos e sociais e constituem-se em uma exceção ao sistema tributário de referência, reduzindo a arrecadação potencial e, conseqüentemente, aumentando a disponibilidade econômica do contribuinte. (RECEITA FEDERAL DO BRASIL, 2017, p. 9)³

Deste modo, podemos compreender que o orçamento para o esporte no Brasil é proveniente de três diversas fontes, uma proveniente do orçamento geral da União, a segunda, proveniente dos recursos que não transitam pelo orçamento geral da União e a terceira, que tem sua gênese a partir dos tributos nacionais.

FUNÇÃO DESPORTO E LAZER – deriva da classificação funcional do orçamento financeiro do Brasil e está atrelado às diversas funções e subfunções do orçamento federal brasileiro, tal qual saúde, educação, cultura, etc.

FUNÇÕES E SUBFUNÇÕES DO ORÇAMENTO FEDERAL BRASILEIRO⁴ - de acordo com a Controladoria Geral da União (2024), o orçamento público brasileiro possui classificações de receitas e despesas, entre elas, a classificação funcional, que “busca informar em que grande área de atuação governamental a despesa será realizada. Cada atividade, projeto

³ RECEITA FEDERAL DO BRASIL. **Demonstrativo dos Gastos Tributários Bases Efetivas – 2014**. Brasília: Secretaria da Receita Federal do Brasil, 2017.

⁴ Disponível em: <https://portaldatransparencia.gov.br/entenda-a-gestao-publica/funcao-e-subfuncao#:~:text=No%20or%C3%A7amento%20p%C3%BAblico%20brasileiro%2C%20s%C3%A3o,governamental%20a%20despesa%20ser%C3%A1%20realizada>

e operação especial identificará a função e a subfunção a que se vinculam.”. A função reflete a missão institucional do órgão e corresponde basicamente aos ministérios como, por exemplo, cultura, educação, saúde, defesa. A subfunção é a partição da função e, de modo geral, combina-se com a função típica da área ou do setor, embora não se restrinja a ela. (CGU, 2024)

FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS⁵ – O FPM é uma transferência redistributiva, paga pela União a todos os municípios do País. Ela é de uso incondicional, obrigatória e sem contrapartida. Como visto no Gráfico II.1 da Seção II, trata-se da segunda maior categoria de transferências, perdendo apenas para o repasse do ICMS dos estados para os municípios. O FPM é um mecanismo enraizado na tradição federativa brasileira, com sua origem remontando à Constituição de 1946. A denominação “Fundo de Participação dos Municípios” foi instituída pela Constituição de 1967. É importante observar que essa Constituição foi promulgada pelo regime militar (vigente entre 1964 e 1985), com orientação fiscal fortemente centralizadora. Mesmo assim, a partilha de receitas, espinha dorsal do pacto político federativo, não foi revogada (ainda que tenha se dado em valores mais modestos).

Encerrado o regime militar, aprovou-se uma nova Constituição em 1988 (atualmente em vigor), cujo espírito descentralizador resultou em forte aumento da participação dos municípios na receita da União

FUNDO PÚBLICO⁶ - O fundo público envolve toda a capacidade de mobilização de recursos que o Estado tem para intervir na economia, além do próprio orçamento, as empresas estatais, a política monetária comandada pelo Banco Central para socorrer as instituições financeiras etc. A expressão mais visível do fundo público é o orçamento estatal. No Brasil, os recursos do orçamento do Estado são expressos na Lei Orçamentária Anual (LOA) aprovada pelo Congresso Nacional. (Salvador, 2010, p. 607)

GASTO ORÇAMENTÁRIO/DESPESA ORÇAMENTÁRIA⁷ - Despesa pública que depende de autorização legislativa para sua realização, por meio da LOA ou de Créditos Adicionais. É o conjunto de dispêndios realizados pelos entes públicos, tais como despesas de pessoal, custeio, manutenção e ampliação dos serviços públicos prestados à sociedade.

INCENTIVO FISCAL⁸ – de acordo com a SEFAZ/MT (2019) Os incentivos fiscais providos pelo Estado podem ocorrer de diversas maneiras, conforme o quadro abaixo:

1. Anistia - Perdão para as multas que decorreram de infrações tributárias que ocorreram anteriormente a lei vigente. Pode ser adotada de maneira geral para todos os sujeitos enquadrados ou individualmente, comprovando que preenche os requisitos legais.
2. Isenção - Consiste na dispensa legal do pagamento do tributo devido.
3. Remissão - Dispensa total ou parcial do pagamento do tributo, autorizado por lei.

⁵ Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/id/882/4/R159-13.pdf>

⁶ SALVADOR, Evilasio. Fundo público e políticas sociais na crise do capitalismo. **Serviço Social & Sociedade**, [S.L.], n. 104, p. 605-631, dez. 2010. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0101-66282010000400002>.

⁷ Disponível em: https://www.congressonacional.leg.br/legislacao-e-publicacoes/glossario-orcamentario/-/orcamentario/termo/despesa_orcamentaria#:~:text=%C3%89%20o%20conjunto%20de%20disp%C3%AAndios,servi%C3%A7os%20p%C3%BAblicos%20prestados%20%C3%A0%20sociedade.

⁸ Disponível em: <https://sac.sefaz.mt.gov.br/citsmart/downloadServlet?ID=41909>

4. Crédito Presumido - Créditos gerados na razão de entrada de mercadoria e abatidos no valor final a pagar.
5. Redução da alíquota - Pode ser reduzido até a alíquota zero, ocasionando um efeito semelhante com a isenção.
6. Redução da base de cálculo - Relaciona a desconsideração de parte do valor da base de cálculo para efeito de cálculo do tributo, ocasionando em uma alíquota menor.

UM APARTE NECESSÁRIO...

A execução da escrita deste trabalho necessita de um aparte. Explica-se!

A Universidade de Brasília – UnB, sempre foi um alvo como espaço de formação acadêmica. Um espaço repleto de oportunidades de pesquisa com grandes professores e estudantes prodígios. Um espaço de excelência!

Creio neste contexto (que claramente nem sempre se expressa como nos sonhos que sonhamos) que acreditou-se ser possível disputar uma vaga na pós-graduação da UnB, mais especificamente, no Programa de Pós-Graduação em Educação Física. Entretanto, para o momento em que se viveu a disputa, este foi, provavelmente, a experiência mais difícil de ser novamente realizada.

Em 2020, ano em que me candidatei a uma vaga no PPGF-UnB, o mundo foi assolado por uma ameaça. Uma ameaça invisível aos nossos olhos, porém muito contundente em sua proporção e letalidade.

A SARS – COV 2, deflagrada em 2019 a partir da China e tendo o estopim no Brasil em meados de março de 2020, foi determinante para que o percurso no mestrado fosse alterado para todos aqueles que se submeteram à experiência da pós-graduação. Aulas, seleções de programas de pós-graduação e pesquisas em todo o território nacional foram suspensas. Neste sentido, quando puderam voltar a executar suas tarefas e trabalhos, o campo da educação tentou se adaptar ao que foi chamado de “novo normal”. Com o intuito de reduzir os danos na educação, em todos os seus níveis de ensino, foram adotadas as aulas, as seleções e as pesquisas em caráter remoto. Foi a forma que a sociedade encontrou para dar continuidade ao processo de ensino-aprendizagem.

Nesse contexto, encontrei-me executando aulas remotas de Educação Física para alunos/as do ensino fundamental e do ensino médio, ao mesmo tempo em que me dedicava a pensar sobre uma proposta de pesquisa para o mestrado em Educação Física da UnB.

O processo de seleção ocorreu sob novo formato, o que proporcionou participar de toda a seleção sem gerar gastos financeiros, pois foi possível realizar a entrevista diretamente de casa e assim poder contar com maior tranquilidade para conseguir passar por esta fase.

Após o resultado positivo da aprovação no programa, sabia-se que o primeiro semestre letivo seria realizado de modo inteiramente remoto, devido às condições sanitárias impostas pela pandemia da COVID-19. Ainda assim, permanecia sempre a esperança de que “isso não é

pra sempre! Logo mais estaremos reunidos na mesma sala de aula no campus da UnB”. Contudo, não foi o que ocorreu.

Uma sucessão de erros no combate à COVID-19 impossibilitou que o retorno às salas de aula se desse de modo célere, tal qual nossos pensamentos desejavam. A ausência de interesse do então governo federal (eleito em 2018, com posse em 2019) em adquirir vacinas proporcionou a maior tragédia sanitária já vista não só por mim, mas também por grande parcela da população em seu tempo de vida.

O Brasil foi o país em que pessoas morreram pela falta de oxigênio, mesmo com o Ministro da Saúde⁹ tendo sido alertado dias antes sobre essa possibilidade. E a resposta do ministro foi: “O que você vai fazer? Nada.”¹⁰

Assim, diferente do ministro acima, aqueles que se dedicam a cuidar das pessoas, médicos/as, enfermeiros/as e demais profissionais da saúde, resolveram continuar com tratamento (adequado, diga-se de passagem) contra a COVID-19, mesmo tendo pouquíssimo respaldo do governo federal.

Deste modo, por existir no país uma situação de grande temor pela própria vida, assim também como pela vida das pessoas queridas, as instituições prezaram por manter o distanciamento e assim poder continuar vivendo com o trabalho, com os estudos, com as pesquisas.

Seguindo este padrão, o transcorrer do curso de mestrado se deu de modo remoto. Não há de se negar que o status de aulas remotas proporcionaram outras experiências e possibilidades, mas deixaram as vivências do cotidiano acadêmico bastantes estéreis. Para onde foram as aulas na presença do professor que tanto se admirava durante as palestras nos eventos? Para onde foram as interações com os novos amigos que somente se constroem nos corredores das universidades? Como seria a aula, que foi tão boa no remoto, se tivesse sido realizada de modo presencial?

São estas as perguntas que ficaram ao longo do caminho oportunizado pelo mestrado, que agora almeja-se finalizar. São perguntas que possivelmente não se terá como respondê-las,

⁹ Pazuello admite que sabia de problemas com oxigênio em Manaus desde 8 de janeiro. Mortes por asfixia em Manaus começaram a ser relatadas cerca de uma semana depois. Fonte: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2021/01/pazuello-admite-que-sabia-de-problemas-com-oxigenio-em-manaus-desde-8-de-janeiro.shtml>. Acesso em: 29 de janeiro de 2024.

¹⁰ ‘O que você vai fazer? Nada. Vai esperar chegar o oxigênio’, disse Pazuello em Manaus há três dias... Fonte: <https://www.cartacapital.com.br/saude/o-que-voce-vai-fazer-nada-vai-esperar-chegar-o-oxigenio-disse-pazuello-em-manaus-ha-tres-dias/>. Acesso em: 29 de janeiro de 2024.

e sabemos bem quem foram os grandes responsáveis por muitos de nós não podermos ter presenciado a pós-graduação como se devia.

Por fim, o caminho trilhado até aqui representa as condições objetivas que se teve para que este trabalho pudesse ser realizado e assim podermos felizmente dizer: concluímos!

1 – INTRODUÇÃO

O trabalho em tela tem como eixo de estudo as políticas de financiamento do esporte no Brasil.

Atualmente pode-se dizer que os estudos sobre o financiamento do esporte tiveram efetivamente seu início a partir do trabalho de Veronez (2005). Tal início pode ser considerado tardio, tendo em vista que desde a Constituição Federal de 1988 já era possível visualizar as possibilidades do financiamento esportivo por meio da Carta Magna brasileira. Naquele momento, o autor já asseverava: “No universo acadêmico brasileiro, talvez não exista uma área de estudos tão pouco explorada por pesquisas científicas como a área do financiamento do esporte.” (VERONEZ, 2005, p. 320).

Para tal assertiva, Veronez (2005) valeu-se dos dados do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE - enquanto maior entidade de pesquisa da área da Educação Física e Ciências do Esporte), do Núcleo de Teses e Dissertações (Nuteses), do Sistema Brasileiro de Documentação e Informação Desportiva (Sibradid) – e também do Centro Esportivo Virtual (CEV), para confirmar que não haviam registros de mesas de debate, nem artigos apresentados, nem tampouco pôsteres de trabalhos acadêmicos, exemplificando desta forma, a incipiência, ou melhor, a inexistência de trabalhos debruçados sobre o tema do financiamento do esporte no país até o momento da realização de sua pesquisa.

Assim, mesmo que não houvesse ainda produção acadêmica versando sobre as políticas de financiamento do esporte no país, já havia legislações que tratavam sobre o tema.

A mais antiga delas remonta à década de 1940, que é o Decreto-lei nº 3.199/1941. Inserida no contexto do governo Vargas, este ordenamento, que para além de organizar as bases do desporto nacional, estabelecia o auxílio financeiro para as entidades esportivas, assim também como isenções de taxas federais para exposições públicas e importação de materiais. Além do decreto-lei citado, outras normatizações foram editadas com o intuito de prover financiamento para o esporte no Brasil. Assim, em 1945, a Caixa Econômica Federal passa a operar empréstimos para as entidades esportivas por meio do Decreto-Lei nº 7.674/1945. Na sequência, em 1969, o Decreto-Lei nº 594 institui a loteria esportiva e em 1975, por meio da Lei nº 6.251, são definidas isenções fiscais, rendas de prognósticos para eventos esportivos e bolsas de estudo para estudantes campeões esportivos (Carneiro, 2018).

Deste modo, de acordo com Pereira et al (2020), a maior parte da legislação sobre financiamento ocorreu mesmo após a promulgação da Constituição Federal, datada de 05 de

outubro de 1988. Nesse bojo, acrescentam-se à literatura jurídica as leis Zico (Lei nº 8.672/1993), a Lei Pelé (nº 9615/1988), a Lei Agnelo-Piva (nº 10.264/2001), entre outros ordenamentos legais, que, por mais que não tivesse como mote principal o esporte, acabaram desempenhando papel na distribuição do fundo público. Como foi o caso da lei nº 13.756/2018, que não trata especificamente de esporte, porém determina os percentuais de distribuição do Ministério do Esporte para com as secretarias estaduais e entidades de prática esportiva dos recursos oriundos dos jogos de prognósticos e loterias esportivas. Ainda no rol das legislações, recentemente foi sancionada, com vetos, a Lei Geral do Esporte (Lei nº 14.597/2023), que unifica o conjunto legal sobre esporte no Brasil e cria um sistema nacional de esporte.

Portanto, caminhando por esta linha de raciocínio e considerando a produção legislativa, pressupõe-se que há material de pesquisa e estudo disponíveis, vide as leis aqui já mencionadas – porém, Pereira et al (2020) surpreendem-se ao constatar que, após a Constituição Federal de 1988, somente no ano de 2009 houve a primeira publicização de artigo científico, em periódico da área, abordando o tema do financiamento esportivo no país.

O trabalho em questão tem como título: “Observações sobre os impactos econômicos esperados dos Jogos Olímpicos de 2016”, de autoria de Marcelo Weishaupt Proni (2009). A publicação tratava sobre as perspectivas da realização dos Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro, ou seja, foi um trabalho que se preocupou em vislumbrar as possibilidades do financiamento esportivo diante de um megaevento, tendo como base de comparação olimpíadas realizadas anteriormente: Barcelona (1992), Sydney (2000) e Beijing (2008). Para o autor, as cidades citadas são exemplos de boa execução do planejamento para a realização dos jogos olímpicos em suas respectivas cidades. No caso de Barcelona, houve uma ênfase na questão da mobilidade urbana tendo o foco de investimento no transporte público. Já no que se refere à cidade de Sydney, o foco esteve presente nas questões ambientais, como a despoluição da Homebush Bay, o reaproveitamento de água e a conservação de energia. Entre estes três exemplos de sucesso pinçados por Proni (2009), o caso Beijing é considerado com mais destaque ainda, tendo em vista que para as intenções do país sede, a China, era de fundamental importância apresentar para a comunidade global que o país tinha totais condições de realizar as olimpíadas em 2008, além de fortalecer o orgulho dos chineses para com o próprio país. Dessa forma, a China conseguiu tornar Beijing uma das cidades mais modernas da Ásia.

Assim, uma vez que o trabalho de Proni (2009) inaugura os estudos sobre o financiamento do esporte no Brasil, no decorrer do trabalho, o autor destrincha os investimentos realizados nos três casos elencados, estabelecendo relações com as projeções para a Rio-2016.

Desta feita, o transcorrer da produção científica sobre financiamento esportivo no país vem paulatinamente passando por processos de acúmulos e sínteses sobre o tema. Salienta-se ainda que, ao longo de alguns anos, os estudos do financiamento foram tidos como incipientes, fato este que passou a ser contestado após o estudo de Pereira et al (2020) conforme pode ser visto a seguir:

Conseguimos compreender neste estudo as problemáticas sobre as quais a comunidade científica tem se dedicado a investigar. Nos chama a atenção o fato da primeira publicação sobre financiamento do esporte, a despeito do referido recorte temporal (1998-2018), ter sido divulgada apenas em 2009. A despeito disso, desde então, as publicações sobre a temática vêm crescendo. Este dado articulado ao quantitativo de 43 artigos publicados nos faz refutar o argumento de que há uma incipiência na produção sobre financiamento do esporte no país, embora tenhamos identificado determinadas lacunas presentes neste balanço. (PEREIRA et al, 2020. P 16)

Assim sendo, observando que o estudo dos autores citados teve como foco os artigos de periódicos, cabe-nos ainda os seguintes questionamentos: o estado de incipiência da produção acadêmica sobre financiamento esportivo, de modo geral, ainda permanece? Tal qual os artigos ao longo do tempo, as produções de teses, dissertações e outros tipos de produções acadêmicas têm demonstrado um maior aporte de trabalhos publicizados? Em caso positivo, quais são os temas abordados por estes mais recentes estudos? O que essas publicações expressam? Qual a cronologia dessa produção? Quais os autores? Quais são os principais grupos e instituições? Onde tem sido publicado e que tipo de publicação predomina?

Diante dos questionamentos, tem-se como objetivo geral:

- realizar uma pesquisa de cunho bibliográfico com o intuito de verificar como tem se configurado os estudos do financiamento esportivo no Brasil, no período de 2002 a 2022; quais as métricas relacionadas aos artigos; quais as relacionadas às teses e dissertações; quais as que representam os demais tipos de publicações, como livros, monografias, resumos; e quais as instituições e autores envolvidos.

Para que o objetivo acima seja alcançado, têm-se como objetivos específicos:

- Quantificar as produções acadêmicas publicizadas no período mencionado;
- Categorizar a produção acadêmica por tipo de publicação: teses e dissertações; artigos de periódicos e demais publicações;

- Apresentar os temas contidos nas produções acadêmicas, executando categorização mediante cronologia, autoria, instituição/grupos de pesquisa envolvidos e locais de publicação;
- Apresentar o inventário da produção acadêmica identificada por esta dissertação.

Deste modo, este trabalho é composto pela apresentação dos procedimentos metodológicos, discussão sobre Estado e as políticas de esporte no país, para na sequência poder elencar os achados da pesquisa com o quantitativo de teses, dissertações, artigos e demais tipos de produção sobre financiamento do esporte no Brasil. Por fim, são exibidas as considerações finais.

2 - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Com o intuito de responder aos questionamentos realizados anteriormente e considerando que o estudo de Veronez (2005) teve como fonte os trabalhos do Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte - CONBRACE e de Pereira et al (2020) e os artigos publicados em periódicos da área da Educação Física e Esporte, o estudo que aqui se desenvolve amplia o escopo de análise por levar em consideração a gênese das bases de dados aqui utilizadas, a saber: a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e o Google Acadêmico.

A Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) tem seu início a partir de sua concepção pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciências e Tecnologia (IBICT), no âmbito do Programa da Biblioteca Digital Brasileira (BDB), com apoio da Financiadora de Estudos e Pesquisas (FINEP), tendo o seu lançamento oficial no final do ano de 2002 (BDTD, 2023). Desse modo, as buscas realizadas nesta base de dados estão entre 2002 e 2022. A Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) dá o suporte necessário para identificar os estudos desenvolvidos e publicados no âmbito da pós-graduação no país.

Por sua vez, a base de dados Google Acadêmico tem seu início em 2004. De origem privada, essa base de dados consegue agregar diversos formatos da produção científica e assim complementar a busca aqui pretendida, que é reunir a produção dos programas de pós-graduação e os demais formatos, como artigos, livros, participação em eventos, etc. Dessa forma, as buscas realizadas ocorrem no período entre 2004 e 2022, que é o ano completo imediatamente anterior a conclusão da dissertação em exposição.

Desse modo, na BDTD, identificaram-se as teses e dissertações, e no Google Acadêmico, assim também como teses e dissertações, foram identificados concomitantemente os demais formatos, tais quais: artigos, livros, e-books, etc.

Assim, essas duas bases de dados tiveram sua gênese respectivamente em 2002 e 2004. Logo, os dados de pesquisa deste trabalho inserem-se em um contexto após a redemocratização do Brasil e adota como recorte temporal o período de 2002 até 2022.

No que consta à coleta da produção científica referente ao financiamento do esporte no Brasil, o descritor utilizado nas duas plataformas foi: “financiamento esportivo”. Compreende-se que outros descritores poderiam ser utilizados para a realização das buscas, tal qual: “Orçamento Esportivo” e “Financiamento do Esporte”. Entretanto, tal escolha resultaria em um

maior volume de produção acadêmica, assim também como a necessidade de maior disponibilidade para a produção deste trabalho.

2.1 Plataforma da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações - BDTD

Os procedimentos metodológicos para a primeira plataforma, a BDTD, seguiu-se da seguinte maneira:

Na página inicial foi inserido o descritor “financiamento esportivo” e selecionada a opção de busca nos títulos dos trabalhos.

The screenshot shows the BDTD homepage with a search bar containing 'financiamento esportivo'. A dropdown menu is open, showing search options: 'Todos os campos', 'Todos os campos', 'Título', 'Autor', and 'Assunto'. Below the search bar, there are four statistics: 136 Instituições, 616.981 Dissertações, 2 Teses, and 842.956 Documentos. The header includes navigation links like 'Página Inicial', 'Sobre a BDTD', 'Rede BDTD', 'Acesso Aberto Brasil', and 'Serviços'.

Figura 1 - Tela inicial da BDTD. Fonte: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações.

Como resposta do sistema, obteve-se o retorno de sete (07) trabalhos da pós-graduação voltados ao estudo do financiamento esportivo.

The screenshot shows the search results page for 'financiamento esportivo'. The search bar shows the query and the selected search field 'Título'. Below the search bar, there is a 'Refinar a Busca' section with a list of institutions: UFMG (2), UNB (2), and PUC RIO (1). A 'Buscas alternativas' section lists related terms: 'financiamento esportivo » financiamento corporativo, financiamento educativo, financiamento coletivo'. The results section shows 'A mostrar 1 - 7 resultados de 7 para a busca 'financiamento esportivo', tempo de busca: 0.13s'. There are buttons for 'Ver Tudo' and 'Exportar'.

Figura 2 - Tela de resultados da BDTD. Fonte: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

As instituições envolvidas na produção dos trabalhos foram: Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Universidade de Brasília – UnB, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-RJ, Universidade Estadual de Maringá – UEM e Universidade de Campinas – UNICAMP.

Instituições ▲	
UFMG	2
UNB	2
PUC_RIO	1
UEM	1
UNICAMP	1

Repositório ▲	
---------------	--

Figura 3 - Instituições envolvidas. Fonte: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

No que se refere aos tipos de documentos disponibilizados pela plataforma, quatro são dissertações e as três demais são teses.

Tipo Documento ▲	
Dissertação	4
Tese	3

Figura 4 - Documentos disponibilizados. Fonte: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

Conseqüentemente, após seguir os procedimentos acima relatados, obteve-se os trabalhos que aqui nos serve de objeto de análise. Esses trabalhos serão listados mais à frente na seqüência do desenvolvimento da escrita.

2.2 Plataforma Google Acadêmico

A seguir, constam os procedimentos de busca realizados na plataforma Google Acadêmico.

Na página inicial do buscador, inseriu-se o descritor “Financiamento esportivo”.

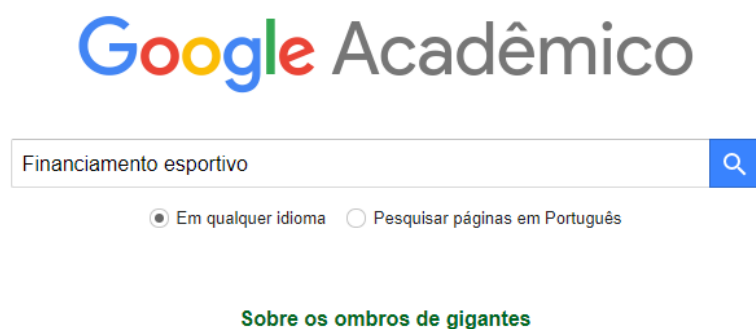


Figura 5 - Tela inicial de pesquisa do Google Acadêmico. Fonte: Google Acadêmico.

Na sequência, foi estabelecido o período de busca.

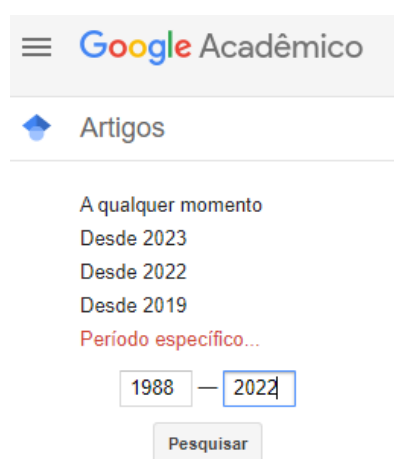


Figura 6 - Tela de busca do Google Acadêmico. Fonte: Google Acadêmico.

Após esse procedimento adotado, teve-se como resposta o total de 15.700 resultados realizados pela busca da plataforma. Vale destacar que esse primeiro resultado agrega todas as informações referentes à busca do descritor. Tendo em vista o imenso aporte, fez-se necessário restringir os resultados, logo, foi necessário refinar as buscas.

Para que tal refinamento pudesse ser efetivado, optou-se por realizar buscas ano a ano para que assim fosse identificado o primeiro ano de publicação sobre financiamento esportivo no Google Acadêmico.

Artigos

A qualquer momento
Desde 2023
Desde 2022
Desde 2019
Período específico...

1988 — 1988

Pesquisar

Sua pesquisa - "financiamento esportivo" - não encontrou nenhum artigo correspondente publicado entre 1988 e 1988.

Sugestões:

- Tente pesquisar num período mais abrangente.
- Certifique-se de que todas as palavras estejam escritas corretamente.
- Tente palavras-chave diferentes.
- Tente palavras-chave mais genéricas.
- Tente usar menos palavras-chave.

[Experimente consultar em toda a Web](#)

Figura 7 - Tela de resultado 1 da busca no Google Acadêmico. Fonte: Google Acadêmico.

Desse modo, o primeiro resultado da busca na base de dados do Google Acadêmico ocorre somente para o ano de 2004 com o trabalho: “Pedagogia do esporte: estudo introdutório sobre o acesso nas categorias de formação do basquetebol masculino brasileiro”, de autoria de Leandro de Melo Beneli. O trabalho em questão, apesar de fazer menções à “financiamento esportivo”, não tem este tema como foco principal de sua pesquisa, não fazendo parte, portanto, das análises aqui realizadas. Serve como ponto demarcatório dos primeiros resultados das buscas no Google Acadêmico, resultado que se repete para a busca realizada para o ano de 2005.

Google Acadêmico "financiamento esportivo" 1 resultado (0,04 s) Meu

A qualquer momento
Desde 2023
Desde 2022
Desde 2019
Período específico...

1988 — 2004

Pesquisar

Dica: Pesquisa para resultados somente em Português (Brasil). Você pode especificar seu idioma para pesquisa em Configurações do Acadêmico..

[PDF] Pedagogia do esporte: estudo introdutorio sobre o acesso nas categorias de formação do basquetebol masculino brasileiro [PDF] unicamp.br

L de Melo Beneli - 2004 - repositorio.unicamp.br

... A dificuldade de implantação de um modelo de **financiamento esportivo** implicou nos reduzidos investimentos nas ciências do esporte, e consequentemente na sua aplicação durante ...

☆ Salvar Citar Artigos relacionados

Figura 8 - Tela de resultado 2 da busca no Google Acadêmico. Fonte: Google Acadêmico.

O próximo resultado ocorre para o ano de 2006, em que se tem como decorrência o trabalho: “O modelo de Brohm e a organização do basquetebol masculino brasileiro”, de autoria de Leandro de Melo Boneli. Assim como no resultado anterior, o trabalho não tem o financiamento esportivo como mote de pesquisa.

Google Acadêmico "financiamento esportivo" 2 resultados (0,03 s)

Dica: Pesquisa para resultados somente em Português (Brasil). Você pode especificar seu idioma para pesquisa em Configurações do Acadêmico..

O modelo de Brohm e a organização do basquetebol masculino [PDF] unicamp.br
 L de Melo Beneli, EF Rodrigues... - ..., 2006 - periodicos.sbu.unicamp.br
 ... Há uma dificuldade literária a respeito do financiamento e da sistematização do esporte no Brasil, porém serão apresentados alguns modelos de **financiamento esportivo** utilizado em ...
 ☆ Salvar Citar Artigos relacionados Todas as 4 versões

Pedagogia do esporte: estudo introdutorio sobre o acesso nas categorias de formação do basquetebol masculino brasileiro [PDF] unicamp.br
 L de Melo Beneli - 2004 - repositorio.unicamp.br
 ... A dificuldade de implantação de um modelo de **financiamento esportivo** implicou nos reduzidos investimentos nas ciências do esporte, e conseqüentemente na sua aplicação durante ...
 ☆ Salvar Citar Artigos relacionados

Período específico... 1988 — 2006 Pesquisar

Ordenar por relevância Ordenar por data Em qualquer idioma

Figura 9 - Tela de resultado 3 da busca no Google Acadêmico. Fonte: Google Acadêmico.

Em seguida, quando no passo seguinte faz-se a ampliação para o ano de 2007, obtém-se novo resultado, mas que ainda não versa especificamente sobre financiamento. O trabalho acrescentado à busca é: “Basquetebol masculino paulista: apropriação das características do esporte profissional na estrutura organizacional das categorias de base”, novamente de autoria de Leandro de Melo Boneli.

Google Acadêmico "financiamento esportivo" 3 resultados (0,07 s)

Dica: Pesquisa para resultados somente em Português (Brasil). Você pode especificar seu idioma para pesquisa em Configurações do Acadêmico..

O modelo de Brohm e a organização do basquetebol masculino [PDF] unicamp.br
 L de Melo Beneli, EF Rodrigues... - ..., 2006 - periodicos.sbu.unicamp.br
 ... Há uma dificuldade literária a respeito do financiamento e da sistematização do esporte no Brasil, porém serão apresentados alguns modelos de **financiamento esportivo** utilizado em ...
 ☆ Salvar Citar Artigos relacionados Todas as 4 versões

Pedagogia do esporte: estudo introdutorio sobre o acesso nas categorias de formação do basquetebol masculino brasileiro [PDF] unicamp.br
 L de Melo Beneli - 2004 - repositorio.unicamp.br
 ... A dificuldade de implantação de um modelo de **financiamento esportivo** implicou nos reduzidos investimentos nas ciências do esporte, e conseqüentemente na sua aplicação durante ...
 ☆ Salvar Citar Artigos relacionados

Basquetebol masculino paulista: apropriação das características do esporte profissional na estrutura organizacional das categorias de base [PDF] unicamp.br
 LM Beneli - 2007 - repositorio.unicamp.br
 O esporte moderno passou por profundas transformações (mercantilização, profissionalização e espetacularização), sobretudo através do modelo capitalista, que modificaram suas ...
 ☆ Salvar Citar Citado por 3 Artigos relacionados Todas as 3 versões

Período específico... 1988 — 2007 Pesquisar

Ordenar por relevância Ordenar por data Em qualquer idioma Pesquisar páginas em Português Qualquer tipo Artigos de revisão incluir patentes

Figura 10 - Tela de resultado 3 da busca no Google Acadêmico. Fonte: Google Acadêmico.

Para a busca realizada com referência ao ano de 2008, tem-se a adição de mais um trabalho, que mais uma vez não tem o financiamento esportivo como objeto de pesquisa. Dessa vez o trabalho versa sobre gestão esportiva, tendo como título: “Modelos de gestão em esporte: apontamentos introdutórios a partir de revisão de literatura”, de autoria de Paula Fernanda Janetti.

The image shows a screenshot of the Google Acadêmico search interface. The search bar contains the text "financiamento esportivo". Below the search bar, there are filters for "Artigos" (4 resultados) and a date range from 1988 to 2008. The search results are displayed in a list format, with each entry including a title, author, year, and a PDF link. The third result is highlighted in blue, indicating it is the selected result.

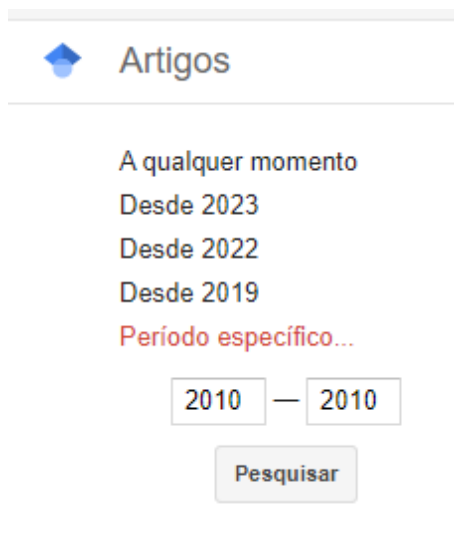
Resultado	Título	Autor	Ano	Link
1	O modelo de Brohm e a organização do basquetebol masculino	L de Melo Beneli, EF Rodrigues...	2006	[PDF] unicamp.br
2	Pedagogia do esporte: estudo introdutorio sobre o acesso nas categorias de formação do basquetebol masculino brasileiro	L de Melo Beneli	2004	[PDF] unicamp.br
3	Modelos de gestão em esportes: apontamentos introdutórios a partir de revisão de literatura	P Janetti - Universidade Estadual de Campinas, Campinas	2008	[PDF] unicamp.br
4	Basquetebol masculino paulista: apropriação das características do esporte profissional na estrutura organizacional das categorias de base	LM Beneli	2007	[PDF] unicamp.br

Figura 11 - Tela de resultado 5 da busca no Google Acadêmico. Fonte: Google Acadêmico.

No encadeamento dos passos aqui adotados, o ano de 2009 destaca-se por acrescentar mais dois resultados, mas ainda sem ter o financiamento esportivo como alvo específico de estudos e pesquisas. O texto “Olimpíada 2016 – o desenvolvimento do subdesenvolvimento”, de autoria de Nilso Ouriques, trata do maior evento esportivo já realizado no Brasil, os Jogos Rio-2016, levando em consideração o contexto social e político do período. O segundo resultado aborda a realização do “IV Seminário Nacional de Políticas Públicas em Esporte e Lazer - participação popular: governo e população partilhando o poder da decisão”, de autoria de Claudia Regina Banalume e Silvana Regina Echer. O texto compõe o livro que aborda o retrospecto histórico do evento em questão (Seminário Nacional de Políticas Públicas de Esporte e Lazer: retrospectiva histórica. Organizadores: Almir Liberato e Artemis Soares (2009). Mais uma vez esses textos não expressam o financiamento esportivo como o centro dos estudos e pesquisas apesar de fazerem menções ao tema.

Desse modo, para que fosse possível obter resultados dos trabalhos acadêmicos referentes a cada ano de pesquisa, foi realizada a busca por cada ano do interstício deste

trabalho, ou seja, no mecanismo de refinamento, foi utilizado como demarcador temporal o seguinte exemplo:



Artigos

A qualquer momento
Desde 2023
Desde 2022
Desde 2019
Período específico...

2010 — 2010

Pesquisar

Figura 12 - Tela de refinamento da pesquisa. Fonte: Google Acadêmico.

Dessa forma, a plataforma Google Acadêmico dava como retorno apenas os trabalhos referentes ao ano de 2010. Logo, do mesmo modo, foi realizado para os anos seguintes do período da pesquisa em questão, que é de 2004 até 2022.

Assim, após as buscas realizadas, obteve-se como resultado um aporte total de 157 produções, que a plataforma indexou como trabalhos que tratavam sobre o financiamento esportivo.

Após este resultado, procedeu-se às leituras dos resumos dos trabalhos para que se pudesse saber objetivamente quais tratavam sobre o financiamento do esporte no Brasil. Após este procedimento, atingiu-se o seguinte resultado:

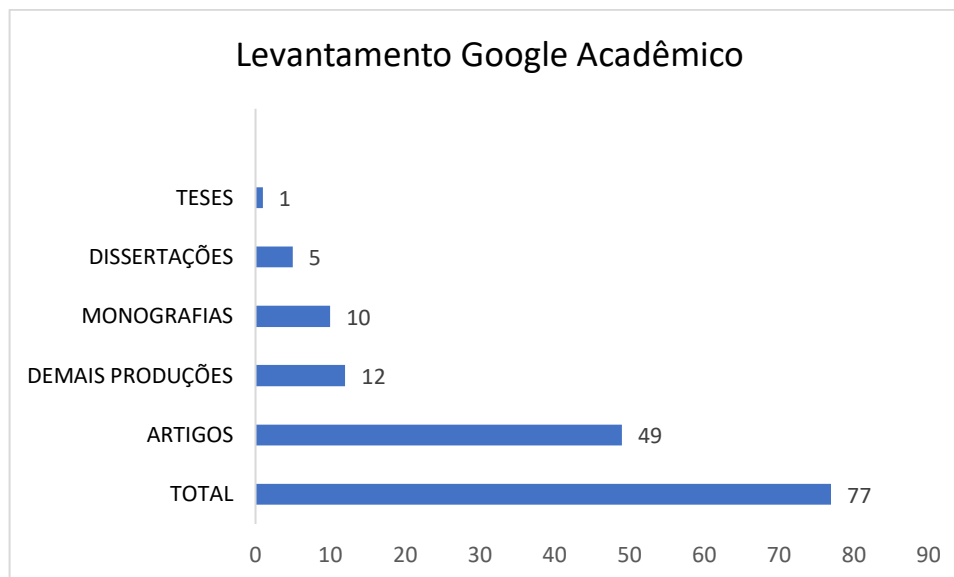


Gráfico 1 - Levantamento Google Acadêmico. Dados: Google Acadêmico. Elaboração própria.

Em suma, no cômputo geral do levantamento realizado nas bases de dados da BDTD e do Google Acadêmico para as categorias que coincidem, têm-se os seguintes valores:

BDTD		Google Acadêmico	
Teses	Dissertações	Teses	dissertações
03	04	01	05

Quadro 1 - Quantitativo geral de teses e dissertações. Fonte: dados da pesquisa. Elaboração Própria.

Desse modo, para o transcorrer do trabalho, são apresentadas as seções que abordam o tema da concepção de Estado em que este trabalho se alicerça, assim também como um breve panorama sobre como está caracterizado o cenário da produção acadêmica em Educação Física no que se refere ao financiamento. Logo após, são elencadas as categorias de análise adotadas e as devidas considerações no que concerne aos achados da pesquisa.

3 ESTADO, POLÍTICAS PÚBLICAS E FINANCIAMENTO DO ESPORTE

A discussão de Estado perpassa pela necessidade de se caracterizar o Estado e a sociedade brasileira, quais seus motes para o funcionamento das políticas públicas, sejam elas de caráter mais ou menos abrangentes. Em vista disso, de acordo com Pereira (2009), existem diversas concepções de Estado e tal tema é controverso.

Controverso, pois, em alguns casos, as concepções de Estado apresentadas por diversos autores são antagônicas entre si, dessa forma é de suma importância a apreensão do debate teórico sobre Estado e suas funções para que possamos, mais adiante, localizar a discussão e produção do conhecimento acerca das políticas de financiamento do esporte.

Adiciona-se a este pensamento a nota de Mascaro (2013, p 59), “[...] a forma política estatal será, inexoravelmente, específica ao capitalismo.”. Nesse sentido, o autor reforça que o Estado, em seu modelo atual, não pode ser confundido com outras instituições e/ou órgãos de poder das sociedades que não eram organizadas pelo modo de produção capitalista, pois é este sistema que opera como substrato para funcionamento e organização da sociedade nessa nova forma política e econômica de organização.

Ao aproximar a discussão sobre Estado na área de estudo da Educação Física, trazer a contribuição de Lino Castellani Filho (2014) à tona se faz necessária. Nesta oportunidade, o autor identifica o Estado como moderno e localiza seu surgimento e características a partir da segunda metade do séc. XV. Para aquele momento, o autor apresenta o Estado como possuidor de duas formas de compreensão: a liberal e a marxista.

Na perspectiva liberal apontada pelo autor, o Estado seria uma instituição, um espaço de tomada de decisão que estava acima da população, ou seja, o Estado era o “lugar de pensar no bem coletivo”. Por outro lado, na perspectiva marxista, o Estado seria um local de disputas tendo em vista que era formado por classes antagônicas e com objetivos distintos.

No continuum histórico, Mandel (1982) classifica as funções do Estado capitalista como:

- 1) criar as condições gerais de produção - as condições gerais de produção estão associadas às condições básicas de a sociedade burguesa se perpetuar no controle e tomada de decisões;
- 2) reprimir qualquer ameaça - quanto à função repressora, ela está relacionada às formas que o Estado possui de estancar possíveis enfrentamentos que venham a surgir no seio da sociedade. Essa força pode se dar pelo modo mais ostensivo,

que é o uso das forças policiais e de segurança ou por meios mais sutis, como é o caso do poder jurídico.

- 3) integrar as classes dominadas - no que concerne à função integradora da sociedade, esta visa garantir que a ideologia permaneça conforme a classe dominante deseja, fazendo assim com que a classe dominada aceite a própria exploração.

Dessa forma, para Carneiro (2018), mesmo que as funções do Estado capitalista sejam colocadas de modo tópico, é importante ressaltar que essas funções não se apresentam na sociedade de modo fragmentado, mas sim imbricadas umas às outras.

Com o cenário exposto, o que nos cabe contextualizar é que a concepção de Estado desempenhada pelo Brasil e a ser adotada neste trabalho é a de um país periférico em relação ao centro econômico mundial e de economia capitalista tardia, por se levar em conta os estágios de desenvolvimento descritos por Mandel (1982).

[...] É uma consequência de três características importantes do capitalismo tardio: a redução da rotação do capital fixo, a aceleração da inovação tecnológica e o aumento enorme do custo dos principais projetos de acumulação de capital, devido a terceira revolução tecnológica, com seu aumento correspondente de riscos de atraso ou malogro na valorização dos enormes volumes de capital necessários a esses projetos. O resultado dessas pressões é uma tendência do capitalismo tardio a aumentar não só o planejamento econômico do Estado, como também a aumentar a socialização estatal dos custos (riscos) e perdas em um número constantemente crescente de processos produtivos. Portanto, há uma tendência inerente ao capitalismo tardio à incorporação pelo Estado de um número sempre maior de setores produtivos e reprodutivos às “condições gerais de produção” que financia. Sem essa socialização dos custos, esses setores não seriam nem mesmo remotamente capazes de satisfazer as necessidades do processo capitalista de trabalho. (MANDEL, 1982, p. 339)

De certo, que ao aproximar as elaborações de Mandel (1982) à área da Educação Física, precisamos saber como estão assentadas as bases de compreensão quando se trata sobre as políticas públicas no setor esportivo. Desse modo, as políticas públicas, conforme Pereira (2009), comportam uma quantidade significativa de sentidos e compreensões, que por sua vez derivam de alguns vocábulos de significados semelhantes, porém com importantes nuances a serem destacadas. Assim, o termo ‘política pública’ deriva de termos, tais quais: *policy*, *politics*, *polity*, *policy*. Para a autora, após a compreensão desses vocábulos, política pública passa a significar a ação do poder público para com a sociedade a fim de buscar sanar “problemas” de conhecimento geral. Entretanto, a política pública também pode significar uma não-ação deliberada do ente governamental.

Deste modo, para o campo da Educação Física e dos esportes, cabe ter como contextualização de fundo que o esporte e o lazer (no caso específico deste trabalho, o esporte) podem ser objeto de formulação de políticas públicas. Mas como se deu a inserção do esporte como objeto de políticas públicas no Brasil? Algumas considerações são necessárias para apresentar a trajetória do esporte como objeto das políticas públicas.

É com o fim da ditadura militar, que a política de esporte passa a apontar novas formas de organização. Como bem nos apresenta Thomaz (2014), a política esportiva está presente na Constituição Federal de 1988 e garante o esporte e o lazer como um direito. Colocar o esporte no texto da lei, como direito, é tornar possível que ele seja almejado pelos cidadãos. Entretanto, a simples inclusão do esporte na constituição não garante que efetivamente este direito seja plenamente exercido. Paulatinamente passam a existir programas sociais que têm no esporte uma forma de a população usufruir dos benefícios sociais. Como exemplos, o governo de Fernando Henrique Cardoso teve como ação o Programa Esporte Solidário¹¹ e o governo Lula, o Programa Esporte e Lazer da Cidade – PELC¹². Para que o esporte seja assegurado, é necessário que o poder público aja por meio das políticas públicas, com o intuito de proporcionar o acesso e usufruto dos direitos constitucionais pela sociedade.

Para além dos programas citados acima, que pertenceram a governos de espectros políticos diferentes, o relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD (2017) apresenta outros programas esportivos que constaram nas ações do Ministério do Esporte e de ministérios parceiros, são eles:

Ministério do Esporte:

1. Programa Segundo Tempo¹³;
2. Programa Esporte e Lazer da Cidade;

¹¹ De acordo com Guimarães (2017), o Programa Esporte Solidário tinha como objetivo: diminuir a situação de exclusão e risco social de jovens e adolescentes carentes na faixa de 10 a 24 anos pela intensificação da prática desportiva (p. 78).

¹² Segundo o Ministério do Esporte (2023), o Programa Esporte e Lazer da cidade tem como objetivo principal: “democratizar o acesso ao lazer e ao esporte recreativo para todas as idades, incluindo pessoas com deficiência, a partir da criação de núcleos de atividades para promoção da vida saudável e da convivência social. O Pelc contribui para que o esporte e o lazer sejam tratados como políticas públicas e direitos de todos. (fonte: <https://www.gov.br/esporte/pt-br/acoes-e-programas/programa-esporte-e-lazer-da-cidade-pelc>. Acesso em: 30 de janeiro de 2024)

¹³ O Programa Segundo Tempo tem por objetivo democratizar o acesso à prática e à cultura do esporte de forma a promover o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens, como fator de formação da cidadania e melhoria da qualidade de vida, prioritariamente em áreas de vulnerabilidade social. (Fonte: <https://www.gov.br/esporte/pt-br/acoes-e-programas/programa-segundo-tempo-pst>. Acesso em: 30 de janeiro de 2024.

3. Bolsa Atleta¹⁴;
4. Centro de Iniciação ao Esporte¹⁵.

Ministério da Defesa:

1. Forças no Esporte¹⁶;
2. Forças no Esporte de Alto Rendimento¹⁷.

Ministério do Desenvolvimento Social:

1. Forças no Esporte (agiu em parceria com o ME e o MD).

Ministério da Educação:

1. Quadra na Escola;
2. Programa Mais Educação¹⁸.

Ministério da Cultura:

¹⁴ O governo brasileiro mantém, desde 2005, um dos maiores programas de patrocínio individual de atletas no mundo. O público beneficiário são atletas de alto desempenho que obtêm bons resultados em competições nacionais e internacionais de sua modalidade. O programa garante condições mínimas para que se dediquem, com exclusividade e tranquilidade, ao treinamento e a competições locais, sul-americanas, pan-americanas, mundiais, olímpicas e paralímpicas. Fonte: <https://www.gov.br/esporte/pt-br/acoes-e-programas/bolsa-atleta>. Acesso em 30 de janeiro de 2024.

¹⁵ Os Centros de Iniciação ao Esporte (CIE) consistem em uma edificação esportiva de alto rendimento que objetiva ampliar a oferta de infraestrutura de equipamento público esportivo qualificado, ao incentivar a iniciação esportiva em regiões de vulnerabilidade social das grandes cidades. Eles dispõem de ginásio poliesportivo, pista de atletismo, área de apoio, administração, sala de professores, vestiários, enfermaria, copa, depósito, academia e sanitários. Com oferta de até 13 modalidades olímpicas, seis paralímpicas e uma não olímpica, e capacidade para atender entre 500 e 1000 pessoas. Fonte: <https://www.gov.br/esporte/pt-br/acoes-e-programas/infraestrutura-esportiva/CIE>. Acesso em: 30 de janeiro de 2024.

¹⁶ O PROFESP é destinado ao atendimento de crianças, adolescentes e jovens de ambos os sexos, a partir de 6 (seis) até os 18 (dezoito) anos de idade, em situação de vulnerabilidade social. Tem por finalidade promover a valorização da pessoa, reduzir riscos sociais e fortalecer a cidadania, a inclusão e a integração social dos beneficiados, por meio do acesso à prática de atividades esportivas e físicas saudáveis e de atividades socialmente inclusivas, realizadas no contraturno escolar, dentro de organizações militares. Fonte: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/programas-sociais/programa-forcas-no-esporte-1>. Acesso em: 30 de janeiro de 2024.

¹⁷ Com o objetivo de fortalecer a equipe militar brasileira em eventos esportivos de alto nível, o Ministério da Defesa em parceria com o então Ministério do Esporte criou, em 2008, o Programa de Incorporação de Atletas de Alto Rendimento às Forças Armadas Brasileiras. Fonte: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/esporte/programa-de-alto-rendimento#:~:text=Com%20o%20objetivo%20de%20fortalecer,Rendimento%20%C3%A0s%20For% C3%A7as%20Armadas%20Brasileiras>. Acesso em 30 de janeiro de 2024.

¹⁸ O Programa Novo Mais Educação, criado pela Portaria MEC nº 1.144/2016 e regido pela Resolução FNDE nº 17/2017, é uma estratégia do Ministério da Educação que tem como objetivo melhorar a aprendizagem em língua portuguesa e matemática no ensino fundamental, por meio da ampliação da jornada escolar de crianças e adolescentes, otimizando o tempo de permanência dos estudantes na escola. Fonte: <http://portal.mec.gov.br/programa-mais-educacao>. Acesso em 30 de janeiro de 2024.

1. Centros de Artes e Esportes Unificados¹⁹.

Ministério da Saúde:

1. Academia da Saúde²⁰.

O relatório do PNUD (2017) reforça a ideia de que, em meados da década de 1990, houve um grande aumento no número de programas e projetos sociais esportivos, em que havia tanto a ação do poder público como também a incursão do terceiro setor sobre as manifestações esportivas. Ademais, acrescenta-se que ao longo da existência do Ministério do Esporte, os programas esportivos abrangeram as três subfunções relacionadas ao esporte, Desporto de Rendimento, Desporto Comunitário e Lazer. Entretanto, de acordo com Carneiro et al (2018), durante os governos Lula e Dilma, as prerrogativas de financiamento do esporte foram se alterando ao longo do tempo. Se a primazia do aporte do financiamento deveria ser o esporte educacional e o de participação, com o advento do período dos grandes eventos esportivos, a priorização do investimento público para com o esporte foi invertida. Assim, a subfunção que estava relacionada com Educação, Esporte, Lazer e inclusão social foi drasticamente subfinanciada tendo em vista as disputas pelo fundo público que ocorrem quando da organização e execução dos grandes eventos esportivos no país. Desse modo, nas palavras de Carneiro et al (2018), tem-se:

O gasto orçamentário com esporte no governo Dilma teve como foco os grandes eventos e a infraestrutura esportiva, categorias essas que estiveram ligadas à garantia das condições gerais de produção, principalmente da burguesia nacional vinculada à construção civil. Além disso, os grandes eventos passaram a ser a prioridade na política esportiva, expresso pelo direcionamento dos objetivos do PPA – 2012/2015 e do gasto. Contudo, eles estavam para além da política esportiva, pois buscavam, ao mesmo tempo, a projeção política e econômica do país. (Carneiro et al, 2018, p. 349)

Desde Deste as políticas de esporte e lazer articuladas à perspectiva da integração, tal qual demonstradas por Mandel (1982), acabaram sendo relegadas à segundo plano, tendo em vista que a execução dos grandes eventos esportivos exigia uma maior infraestrutura esportiva,

¹⁹ Os Centros de Arte e Esportes Unificados – CEUs integram num mesmo espaço programas e ações culturais, práticas esportivas e de lazer, formação e qualificação para o mercado de trabalho, serviços socioassistenciais, políticas de prevenção à violência e de inclusão digital, para promover a cidadania em territórios de alta vulnerabilidade social das cidades brasileiras. Fonte: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/secretaria-especial-da-cultura/ acesso-a-informacao/acoes-e-programas-1/secretaria-nacional-de-desenvolvimento-cultural>. Acesso em: 30 de janeiro de 2024.

²⁰ O Programa Academia da Saúde (PAS), lançado em 2011, é uma estratégia de promoção da saúde e produção do cuidado que funciona com a implantação de espaços públicos conhecidos como polos, onde são ofertadas práticas de atividades físicas para a população. Esses polos fazem parte da rede de Atenção Primária à Saúde e são dotados de infraestrutura, equipamentos e profissionais qualificados. Fonte: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saps/academia-da-saude>. Acesso em: 30 de janeiro de 2024.

que por sua vez estava muito mais atrelada ao setor da construção civil, privilegiando assim os interesses econômicos do esporte. Logo, o que passa a ser percebido pelos autores é que desde o início do ciclo dos megaeventos esportivos, a prioridade de financiamento foi dada ao esporte de rendimento, o que refletia a perspectiva do Estado como garantidor das condições de produção e reprodução do esporte como mercadoria.

Nesse sentido, estudar as políticas de esporte, mais especificamente o financiamento esportivo, requer compreender como que os elementos acima descritos se articulam com o atual estado de coisas da sociedade brasileira. Desse modo, em aproximação preliminar, foi possível perceber como tem sido desenvolvida as pesquisas sobre o financiamento do esporte no Brasil.

4 CENÁRIO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO SOBRE FINANCIAMENTO DO ESPORTE

A política pública de esporte é tema que tem despertado o interesse dos pesquisadores da área da Educação Física. Em grande medida, tal interesse é devido ao avanço teórico-metodológico proveniente da aproximação desde meados da década de 1980, com o campo das Ciências Humanas e Sociais (ATHAYDE et al, 2020) e com o advento de estudos com caracteres mais críticos, que, inclusive, discutiam a identidade da Educação Física e proporcionaram a abertura de novas frentes de pesquisa na área. Nesse contexto, enquadra-se o tema das políticas públicas de esporte e lazer.

Adiciona-se a isso, a própria existência do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE) e a instituição do Grupos de Trabalhos Temáticos (GTT's) que fizeram com que os pesquisadores de diversas partes do país se reunissem em torno de uma mesma temática de pesquisa. Desse modo, o GTT de Políticas Públicas tem agregado ao longo dos anos um acervo significativo de produções concernentes às Políticas Públicas de Esporte e Lazer. Assim, de acordo com Araujo (2020), tem-se:

A importância atribuída aos GTTs do CBCE foi destacada por Castellani Filho (2007) ao caracterizá-los como: polos aglutinadores de pesquisadores com interesses comuns em temas específicos; polos de reflexão, produção e difusão de conhecimento acerca do referido tema e polos sistematizadores do processo de produção de conhecimento com vistas à parametrização das ações políticas das instâncias executivas do CBCE. (Araujo, 2020, p. 07)

Desse modo, percebe-se a importância do GTT – Políticas Públicas para o desenvolvimento dos estudos.

Acrescenta-se ao rol dos fatores potencializadores dos estudos, o surgimento da Rede Cedex (Centro de Desenvolvimento do Esporte e Lazer), que se constituiu como uma rede de pesquisadores que abordavam a Educação Física e o Esporte pelo viés das humanidades, incluindo o tema das políticas públicas de esporte e lazer.

Desse modo, a aproximação com as ciências humanas e sociais, a instituição de grupos de trabalhos específicos sobre o tema e o surgimento de uma rede de pesquisadores, proporcionou o incentivo aos estudos sobre políticas públicas de esporte e lazer.

No cenário nacional, é possível perceber que a pesquisa no campo da política pública de esporte tem apresentado resultados no que tange às temáticas do financiamento, gestão,

formação de recursos humanos, etc. Muitos desses resultados foram obtidos utilizando métodos e metodologias distintas para se alcançar os objetivos propostos.

O estudo de Veronez (2005) traz em si os caracteres de uma abordagem metodológica crítica para a análise da política de esporte no período pós constitucionalização, isto é, trata criticamente as políticas de esporte instauradas após a Constituição Federal de 1988. Em suas linhas, o texto destrincha o significado de público e de privado dentro da esfera esportiva, para na sequência concatenar esses conceitos para o âmbito do esporte enquanto política. Para isso, o autor explora as primeiras investidas do Estado brasileiro no campo da legislação (período Vargas) até desembocar nas políticas de financiamento do período de governo de Fernando Henrique Cardoso. No que se trata da política de financiamento, Veronez (2005) dá um importante passo para as pesquisas, pois consegue apontar as fontes do financiamento esportivo. Ainda assim, não há uma sistematização para o desenvolvimento específico das pesquisas sobre financiamento do esporte no Brasil.

Outra metodologia de análise das políticas de esporte no Brasil pode ser identificada nos estudos de Starepravo (2006; 2011). Nesses estudos, o autor faz uso da Teoria dos Campos de Pierre Bourdieu, assim também como da Teoria do Jogos Competitivos de Norbert Elias.

Starepravo (2006) desenvolve seu estudo pautado nas relações entre as entidades de prática esportiva e o poder público. Em 2011, o autor investe seu tempo de pesquisa para tratar sobre as relações entre os subcampos político/burocrático e científico/acadêmico e como que esta relação interfere (ou não) nos programas de esporte e lazer desenvolvidos pelo poder público. Dessa forma, o que, preliminarmente se observa, é que existem possibilidades diversas de se desenvolver pesquisa na área da Educação Física e das Ciências do Esporte em que o foco é o financiamento esportivo.

No mesmo sentido, a área de estudo das políticas de esporte no Brasil passa a desempenhar diferentes focos de análise. Em alguns momentos, a atenção era nas políticas esportivas implementadas pelo poder público para a reestruturação de uma determinada dimensão esportiva – como nos estudos de Starepravo, Reis, Mezzadri & Marchi Júnior (2010) – em outros momentos, as pesquisas se centravam sobre as políticas sociais esportivas, como na investigação de Matias (2013), para então atingirem estudos que se detinham sobre o financiamento esportivo em suas diversas dimensões, que é o caso do trabalho de Corrêa et al (2014).

Segundo Carneiro (2018), os estudos sobre financiamento, àquela época, concentravam esforços em desvelar as fontes para o financiamento esportivo. Para o autor, esses estudos

passam a ter um novo horizonte de pesquisa quando vislumbram identificar as fontes, a magnitude e o gasto com esporte.

Assim, Almeida (2010) desenvolve trabalho sobre o financiamento do esporte olímpico e suas relações com a política no Brasil; Santos (2016) desenvolve sobre o poder público sob os moldes da gestão e financiamento do esporte no Paraná; Pereira (2017) discorre sobre as empresas estatais e o financiamento do esporte nos governos Lula e Dilma; Carneiro (2018) pesquisa a atuação estatal em relação ao financiamento do esporte considerando também os períodos de governo de Lula e Dilma; Nascimento (2019) aborda a Lei de Incentivo ao Esporte e o perfil dos proponentes; Pinali (2019) investiga o financiamento dos programas federais de esporte e lazer no Brasil, considerando o período de 1995 a 2016; Moreira (2020) estuda a política de financiamento do esporte no âmbito do Estado do Pará.

Inclui-se nesse escopo trabalhos como o de Wagner Matias (2013), que aborda a configuração da política de esporte e lazer do Ministério do Esporte para os Jogos Olímpicos Rio 2016, mostrando como o poder público desempenhou suas funções para a realização dos megaeventos no país. Para o autor, o esporte passou a ser visto como um bem econômico, ou seja, como uma mercadoria que só pode ser acessada por aqueles que detém poder aquisitivo para tal.

No continuum das produções, Pereira et al (2020), ao realizar pesquisa sobre o financiamento do esporte brasileiro, entre 1998 e 2018, já sinaliza o aumento da produção acadêmica a respeito do tema no Brasil, ainda mais quando se leva em consideração a produção acadêmica da pós-graduação, tendo em vista que o escopo da pesquisa eram os artigos. Esses estudos contribuem significativamente para o crescimento das pesquisas sobre a temática em tela.

Assim, para o encaminhamento dos estudos sobre financiamento da política de esporte no Brasil, já é possível perceber que a área se encontra com relativa maturidade se comparada com momentos anteriores da Educação Física e Esportes. Estudos como o de Pereira et al (2020) demonstram que o volume das pesquisas sobre financiamento do esporte no país tem aumentado, apresentando uma nova condição para este campo de pesquisa, que antes era caracterizada pela incipiência das produções.

Conseguimos compreender neste estudo as problemáticas sobre as quais a comunidade científica tem se dedicado a investigar. Nos chama a atenção o fato da primeira publicação sobre financiamento do esporte, a despeito do referido recorte temporal (1998-2018), ter sido divulgada apenas em 2009. A despeito disso, desde então, as publicações sobre a temática vêm crescendo. Este dado articulado ao quantitativo de 43 artigos publicados nos faz refutar o argumento de que há uma incipiência na produção sobre financiamento do esporte no país, embora tenhamos

identificado determinadas lacunas presentes neste balanço. (PEREIRA et al, 2020, p. 16)

Para Pereira et al (2020), o período compreendido entre 1998 e 2018 resultou em trabalhos sobre financiamento que enquadravam o cenário da produção acadêmica em quatro categorias:

- I – Gasto com a política esportiva ou o orçamento esportivo;
- II – Políticas ou programas esportivos específicos;
- III – Megaeventos esportivos;
- IV – Entidades de administração do esporte e prática esportiva.

Ainda assim, os autores detectaram que ocorrem lacunas de pesquisa dentro desta área de estudo no que se refere às pesquisas em âmbito estadual e às pesquisas que visam estudar as entidades de administração do esporte.

No tocante à categoria “**I - gasto com a política esportiva ou orçamento esportivo**”, foi possível detectar que o foco se estabeleceu sobre as ações da esfera federal, sem, contudo, deixar de haver pesquisas no âmbito estadual, distrital e municipal.

Assim como na categoria “**II - políticas ou programas esportivos específicos**”, foi observado que programas, como Bolsa Atleta, Esporte e Lazer da Cidade - PELC e a Lei de Incentivo ao Esporte (lei nº 11.438/06) formaram temas constante da categoria.

Já para a categoria “**III - megaeventos esportivos**”, as pesquisas se concentraram nos estudos referentes aos Jogos Olímpicos Rio 2016. Para Pereira et al (2020), estas investigações não deram conta de contemplar a materialidade do legado olímpico para o país.

No grupo “**IV - entidades de administração do esporte e prática esportiva**”, foi possível destacar a prevalência dos repasses financeiros para as entidades esportivas que já detinham resultados expressivos, assim também como a observância da ausência de transparência na distribuição das verbas entre as confederações, o que acaba por caracterizar a concentração da destinação dos recursos “nas mãos” das entidades esportivas.

Desse modo, ao observar o nível de desenvolvimento das produções acadêmicas sobre o financiamento esportivo no Brasil, principalmente no que se refere aos artigos acadêmicos (PEREIRA et al, 2020), tem-se a tarefa de buscar entender sobre como encontra-se a produção acadêmica do financiamento esportivo em outros meios. Conforme já mencionado, a tarefa aqui exposta é a de realizar uma pesquisa de cunho bibliográfico com o intuito de verificar como tem se configurado os estudos do financiamento esportivo no Brasil, quais as métricas relacionadas aos artigos, quais as relacionadas às teses e dissertações e quais as que representam

os demais tipos de publicações, como livros, monografias, resumos, quais as instituições e autores envolvidos por meio da plataforma da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e do Google Acadêmico.

Ao realizar a pesquisa nestes parâmetros, acredita-se ser possível ampliar o arco de análise anteriormente realizado por outros autores, principalmente no que se refere às bases de dados pesquisadas, uma vez que neste momento, as plataformas envolvem diversos tipos de publicações.

Para tanto, no decorrer do trabalho, será apresentado a categorização dos trabalhos que nos serve de objeto de estudo. Essa categorização está discriminada da seguinte forma:

- a) Teses;
- b) Dissertações;
- c) Artigos;
- d) Demais produções.

Deste modo, em cada categoria de análise, as devidas considerações serão realizadas em sua respectiva seção.

A seguir, no desenvolvimento do trabalho, dá-se início ao item relativo às categorias de análise aqui elencadas.

5 CATEGORIZANDO OS TRABALHOS

Esta sessão do trabalho apresentará as categorias em que os resultados da pesquisa foram categorizados. A seguir, poderá ser visto as categorias das Teses, Dissertações, Artigos e Demais produções.

5.1 Teses

No que se refere às teses encontradas no levantamento realizado, as primeiras observações a serem feitas são: ano de defesa; local da defesa e programa de pós-graduação envolvido e, na sequência, os temas específicos do financiamento que são abordados em cada trabalho.

Desse modo, a relação de teses aqui estudadas são as seguintes, por ordem cronológica:

1. O financiamento do esporte no Brasil: aspectos da atuação estatal nos governos Lula e Dilma (Carneiro, 2018 – Programa de Pós-Graduação em Educação Física da Universidade de Brasília - PPGEF/UnB)
2. Financiamento das Políticas Públicas de Esporte no Governo do Estado do Pará – 2011 a 2014 (Moreira, 2020 – Programa de Pós-Graduação da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Minas Gerais PPG-EEFFTO-UFMG);
3. Financiamento público do esporte brasileiro na perspectiva dos stakeholders: falta de recursos ou deficiência de governança? (Mósca, 2021 – Programa de Pós-graduação em Administração de Empresas do Departamento de Administração da PUC-Rio);
4. Brasília capital desigual! Políticas públicas e limites para a efetivação do direito ao esporte no distrito federal (2009 a 2019) (Dalmas, 2022 – Programa de Pós-Graduação em Educação Física da Universidade de Brasília – PPGEF/UnB)

O primeiro trabalho aqui elencado é de autoria de Fernando Henrique Silva Carneiro e foi defendido no ano de 2018 no Programa de Pós-Graduação em Educação Física da Universidade de Brasília (PPGEF-UnB) sob orientação do Dr. Fernando Mascarenhas. Carneiro (2018) estuda o financiamento do esporte no Brasil sob os aspectos da fonte do financiamento, ou seja, identifica a origem dos recursos, além disso identifica também a magnitude e o direcionamento do gasto público para com esporte. Para a realização de tal demanda, investiga as legislações existentes para poder desvelar as diretrizes que regem as fontes, a magnitude e o gasto.

O segundo trabalho da categoria é o denominado “Financiamento das Políticas Públicas de Esporte no Governo do Estado do Pará - 2011 a 2014”, de autoria de Fátima de Souza Moreira. Defendido em 2020 sob orientação do Dr. Luciano Pereira da Silva. O trabalho é oriundo do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Minas Gerais. Moreira (2020) estuda sobre o financiamento do esporte no âmbito do Estado do Pará. Para tanto, leva em consideração o Plano Plurianual do período 2012-2015. No estudo, a autora considera as fontes, a magnitude e o direcionamento do gasto com o esporte no Estado.

Para o terceiro trabalho, temos a tese desenvolvida por Hugo Motta Bacêllo Mósca, com o título “Financiamento público do esporte brasileiro na perspectiva dos stakeholders: falta de recursos ou deficiência de governança?”. O trabalho foi defendido no ano de 2021 no Programa de Pós-graduação em Administração de Empresas do Departamento de Administração da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio e sob orientação da Dr.^a Sandra Regina da Rocha Pinto. O trabalho teve como foco principal a relação da gestão do esporte com o financiamento do esporte, levando em consideração as percepções dos stakeholders²¹ envolvidos com a área esportiva e como que esta relação interferia na governança das entidades esportivas no que se refere aos fundos públicos. Segundo o autor, o trabalho teve como foco “a governança esportiva, e como ela se entrelaça com a governança pública no sentido de desenvolver o esporte nacional de acordo com o que é esperado por seus stakeholders.” (MÓSCA, 2021). O trabalho em tela crê que o esporte não terá condições de resolver as mazelas da sociedade brasileira, mas poderá auxiliar em outras tantas áreas, tais quais: saúde, valores éticos e morais do indivíduo, educação, bem-estar social, cidadania e inclusão social, segurança, economia e geração de emprego e renda.

Em 2022, Dalmas, com seu trabalho “Brasília capital desigual! Políticas públicas e limites para a efetivação do direito ao esporte no Distrito Federal (2009 a 2019)”, oriundo do Programa de Pós-Graduação em Educação Física da Universidade de Brasília – PPGEF-UnB, sob orientação do Dr. Pedro Fernando Avalone de Athayde, desenvolve sua pesquisa a partir do espaço geográfico do Distrito Federal. O autor considera que há a necessidade de pesquisar a política de esporte do Distrito Federal tendo em vista que o quantitativo de pesquisa ainda se encontra limitado. Para o autor, no que se refere ao ponto do financiamento, este considera que

²¹ Freeman (1984) apud Mósca (2021): stakeholders são grupos que afetam ou podem ser afetados pelo alcance dos propósitos da organização.

a maior parte dos recursos são originários do orçamento distrital e que possuem um caráter regressivo, pois são compostos a partir dos impostos e taxações pagos pelos cidadãos.

Desse modo, a partir do levantamento realizado, o total de teses resulta em 04 produções. Dessas produções, temos duas (02) oriundas do Programa de Pós-Graduação em Educação Física da Universidade de Brasília, uma (01) do Programa de Pós-Graduação da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Minas Gerais e uma (01) proveniente do Programa de Pós-Graduação em Administração de Empresas do Departamento de Administração da PUC-Rio.

Desse modo, podemos inferir que das quatro teses elencadas, três delas foram desenvolvidas em instituições de ensino públicas e uma em instituição privada. Isso aponta o protagonismo das instituições públicas na produção do conhecimento sobre o financiamento do esporte no Brasil.

Outro ponto a merecer destaque é o fato de que a Universidade de Brasília, por meio do PPGEF/UnB, foi responsável por 50% das publicações ao nível do doutoramento. Os outros 50% da produção acadêmica concentraram-se na região sudeste. Isso revela que diante dos estudos sobre o financiamento do esporte, os programas de pós-graduação (doutorado) ainda não conseguem ter um espraiamento de programas pelo país.

Concentração das Teses por região	
Centro-Oeste	Sudeste
UnB (02)	UFMG (01)
	PUC-RJ (01)

Quadro 2 - Concentração das Teses por região. Fonte: dados da pesquisa. Elaboração própria.

Desse modo, pudemos perceber que as teses elaboradas tendo o financiamento esportivo como mote de escrita tiveram o seu início no ano de 2018 e foi fruto do Programa de Pós-graduação em Educação Física da Universidade de Brasília. Para o período de pesquisa abarcado por esta dissertação, pode-se dizer que, em ordem cronológica, a UnB dá início aos

estudos de financiamento ao nível do doutoramento, sendo seguida pelo Programa de Pós-graduação da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Minas Gerais PPG-EEFFTO-UFGM, logo depois pelo Programa de Pós-graduação em Administração de Empresas do Departamento de Administração da PUC-Rio e por fim, novamente, o PPGEF-UnB.

Assim sendo, podemos notar que os estudos ao nível do doutoramento vêm paulatinamente ampliando a sua capacidade de pesquisar e discutir sobre o tema do financiamento esportivo.

5.2 Dissertações

Seguindo a lógica adotada por este trabalho, temos, em ordem cronológica, as dissertações encontradas na busca realizada nas bases de dados já mencionadas, são as que se seguem:

1. Gestão pública municipal de esporte no estado do Paraná: estrutura administrativa e financiamento (Luciana Letícia Sperini Rufino dos Santos, 2016 – Universidade Estadual de Maringá, Programa de Pós-Graduação Associado em Educação Física – UEM/UEL);
2. Programa Bolsa-atleta e sua configuração no cenário esportivo brasileiro (Mosiah Brentano Rodrigues, 2016 – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Escola de Educação Física, Programa de Pós-graduação em Ciências do Movimento Humano);
3. Mecenato esportivo: o trajeto da Lei Federal de Incentivo ao Esporte em Belo Horizonte (Rafael Silva Diniz, 2016 – Programa de Pós-graduação da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Minas Gerais PPG-EEFFTO-UFGM);
4. As empresas estatais e o financiamento do esporte nos governos Lula e Dilma (Claudia Catarino Pereira, 2017 – Programa de Pós-graduação em Educação Física da Universidade de Brasília - PPGEF/UnB);
5. Financiamento dos programas federais de esporte e lazer no Brasil: 1995 – 2016 (Rosângela Gomes Pinali, 2019 – Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Minas Gerais);

6. A lei federal de incentivo ao esporte: análise do perfil dos proponentes e financiadores dos projetos esportivos (2007-2016) (Amanda Sousa do Nascimento, 2019 – Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas);
7. Lei de incentivo ao esporte – Lei 11.438/2006, resultados da implementação na formação de atletas do paradesporto na associação nacional de desporto para deficientes – ANDE (João Daniel Bove Gomes de Souza, 2021 - Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas - RJ);
8. As leis de incentivo fiscal ao esporte dos municípios paulistas de grande porte: sua aplicabilidade e sua contribuição no desenvolvimento do esporte (Mauro Augusto de Sousa Nogueira, 2022 - Instituto de Biociências do Campus de Rio Claro, Universidade Estadual Paulista);

Desse modo, o trabalho de Santos (2016), intitulado: “Gestão pública municipal de esporte no estado do Paraná: estrutura administrativa e financiamento” traça relação entre a estrutura organizacional de diversos municípios do Paraná com seus respectivos financiamentos para com o esporte. Para tanto, a autora vale-se de dados oriundos da base de dados do Grupo de Estudos e Pesquisa em Políticas Públicas de Esporte e Lazer – GEPPOL, assim também como de dados presente nos portais da transparência dos municípios pesquisados. Assim, Santos (2016) verifica não haver influência direta da estrutura administrativa para com os aportes do financiamento em esporte dos municípios pesquisados, contrariando sua hipótese inicial.

Na segunda dissertação elencada, Rodrigues (2016) estuda o Programa Bolsa-Atleta e sua configuração. O autor teve como objetivo analisar desde a formulação até a implementação do programa. Para que este objetivo fosse alcançado, valeu-se da pesquisa documental, entrevistas semiestruturadas e aplicação de questionários aos beneficiários do Programa Bolsa Atleta. Como achado de pesquisa, Rodrigues conclui que a formulação do programa contou com a participação de diversos atores do cenário esportivo brasileiro, entre eles, atletas, ex-atletas e dirigentes esportivos. No que se refere à implementação, considerou que o Programa Bolsa-Atleta cumpre com sua função de garantir condições de treinamento e manutenção do esportista ao longo de sua trajetória esportiva. Por fim, destaca que não há uma padronização para os processos de avaliação do programa enquanto uma política voltada para o esporte de alto rendimento.

O terceiro trabalho nessa seção elencado, de autoria de Rafael Silva Diniz (2016), aborda o tema da legislação esportiva, mais especificamente a Lei de Incentivo ao Esporte. O autor desenvolveu seu trabalho partindo de um panorama geral da Lei de Incentivo, para poder afunilá-lo ao contexto da cidade de Belo Horizonte (MG) e teve como objetivo investigar o fomento e a promoção do direito ao esporte por meio da Lei de Incentivo ao Esporte (nº11.438/2006). Diniz (2016), ao estreitar sua pesquisa à Belo Horizonte, apresenta que 42,2% dos projetos apresentados em 2013 foram rejeitados, 38,6% aprovados, 15,6% estavam em trâmite e 3,6% ou estavam protocolados, ou não havia informação, destacando, desse modo, a relevância do número de rejeições para o período.

A autora seguinte aborda o tema do financiamento do esporte em dois períodos governamentais do Partido dos Trabalhadores – PT e suas relações com as estatais. Pereira (2017) pesquisa sobre o papel das empresas estatais diante do financiamento do esporte e suas implicações para o setor. Para desenvolver o estudo, vale-se da pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e discussão e análise dos dados coletados. Desse modo, a autora constata que houve uma priorização do esporte de alto rendimento pelas estatais brasileiras, relação entre estatais e entidades de administração do esporte fortificada, gastos elevados com a modalidade futebol, entre outras, o que faz a autora concluir que o patrocínio das estatais contribuiu sobremaneira para a complementação das ações do Estado brasileiro para a execução dos megaeventos esportivos no Brasil.

Na sequência, tem-se o trabalho “Financiamento dos programas federais de esporte e lazer no Brasil: 1995 – 2016”. Esse trabalho é de autoria de Rosângela Gomes Pinali (2019) e trata sobre o financiamento dos programas federais de esporte. A autora teve como objetivo investigar a alocação do recursos públicos nas políticas de esporte e lazer no período acima destacado. Para tanto, ela utilizou a pesquisa documental e levantou dados dos gastos diretos do Governo Federal em políticas de esporte e lazer. Para a autora, o esporte tem passado por diversas transformações. No que se refere ao aporte financeiro e a qual dimensão esportiva ele é direcionado, Pinali (2017) afirma que, em momentos diferentes, o esporte de alto rendimento passava a ter maior aporte financeiro mesmo tendo a prerrogativa da CF88 que diz que o esporte educacional deve ter a primazia.

Assim como Diniz (2016), Nascimento (2019) também estuda a Lei de Incentivo ao Esporte, porém o faz por meio da análise do perfil dos proponentes e financiadores dos projetos esportivos. Ao desenvolver o estudo, constata que do total financiado, 57% são projetos para o alto rendimento, 24% são projetos de esporte educacional e 19% são para o esporte participação.

Nesse sentido, Nascimento (2016) identificou que associações, fundações esportivas, instituições de ensino, estados e municípios figuram como entidades proponentes de projetos captadores de recursos provenientes da Lei de Incentivo ao Esporte. Por outro lado, o perfil dos doadores, percebido pela autora, foi que 42% eram pessoas físicas, enquanto 58% eram formados por pessoas jurídicas. Para este segundo grupo, Nascimento (2019) identificou que

33% são indústrias, 25% são instituições prestadoras de serviços e 18% são representadas por comércio. Essas categorias foram criadas de acordo com a principal atividade das empresas, segundo seu cadastro nacional de pessoa jurídica (CNPJ). No entanto, a categoria “Serviços”, assim como as Associações, é uma categoria muito abrangente. Logo, ela foi subdividida em instituições financeiras, que corresponde aos 18% do total de doadores jurídicos; comunicação, (3%), e informação e tecnologia (3%). (Nascimento, 2019, p. 130)

Assim, a autora consegue apresentar o perfil dos proponentes e financiadores do esporte no Brasil por meio da Lei de Incentivo ao Esporte no período do primeiro decênio de vigência da lei.

Souza (2021) elabora seu trabalho a partir da preocupação em saber quantos paratletas da Associação Nacional de Desporto para Deficientes – ANDE que atingiam o pódio eram contemplados pela Lei de Incentivo ao Esporte. Para isso, valeu-se de metodologia de pesquisa à distância (Google forms e WhatsApp), tendo em vista que seu período de estudo esteve circunscrito à pandemia da Covid 19. Assim obteve como resposta que mais de 1/3 dos paratletas medalhistas da ANDE eram contemplados por projetos financiados pela Lei de Incentivo ao Esporte.

Em 2022, Nogueira (2022) também busca estudar a Lei de Incentivo ao Esporte, porém tendo como seu ponto focal as leis municipais dos municípios de grande porte do Estado de São Paulo. Desse modo, o autor teve como objetivo identificar, descrever e analisar a aplicabilidade dessas leis. O desenvolvimento da pesquisa foi por meio de levantamento bibliográfico e documental, assim também como por meio dos sites das prefeituras que compuseram o escopo da pesquisa. Os achados de pesquisa de Nogueira (2022) demonstram que

A aplicabilidade das LMIFE dos municípios paulistas que participaram deste estudo atingiu seu objetivo de centralizar e captar recursos de PF e/ou PJ para fomentar o esporte local e aumentar os recursos financeiros para o mesmo. Porém, algumas mudanças devem ser observadas para melhorar o esporte brasileiro. (Nogueira, 2022, p. 115)

Desse modo, ao transitarmos pelas dissertações, foi possível perceber que os estudos do financiamento esportivo no país têm, paulatinamente, se consolidado como uma importante

área de pesquisa e desenvolvimento de estudo na pós-graduação. Outrossim, cabe destacar que das dissertações elencadas, 50% versam diretamente sobre lei de incentivo, sejam elas em âmbito federal, estadual ou municipal, revelando o potencial que o tema desperta.

No que se refere aos locais da produção do conhecimento, é possível perceber que a região sudeste é destaque como o lócus com o maior quantitativo de dissertações defendidas, apresentando a seguinte métrica: Universidade Federal de Minas Gerais com duas (02) dissertações; o Estado de São Paulo com duas produções, porém de universidades distintas, sendo elas a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e a Universidade Estadual Paulista (UNESP – Rio Claro), ambas com uma (01) produção cada. Por fim, a Fundação Getúlio Vargas – RJ detém uma (01) produção acadêmica no âmbito do mestrado, totalizando assim, para a região sudeste, cinco (05) dissertações abordando o tema do financiamento do esporte.

A região sul do Brasil apresenta duas (02) produções em nível de mestrado que são oriundas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e da Universidade Estadual de Maringá. Por fim, a Universidade de Brasília, localizada na região Centro-oeste do país, aparece nesta pesquisa com uma (01) produção a nível de mestrado para o período sob análise.

Desta feita, pode-se perceber que a produção acadêmica a nível de mestrado, em termos quantitativos, tem se concentrado na região sudeste do país com cinco (05) produções, seguida pela região sul com duas (02) e pela região centro-oeste com uma (01) produção. Esses dados nos fazem perceber a concentração da produção acadêmica no eixo centro-sul do país, fazendo com que não figure nenhuma produção proveniente de programas de pós-graduação das regiões nordeste e norte do país.

Concentração das dissertações por região brasileira		
Centro-Oeste	Região Sul	Sudeste
UnB (01)	UEM (01)	UFMG (02)
		UNICAMP (01)
	UFRGS (01)	UNESP – Rio Claro (01)
		FGV – RJ (01)

Quadro 3 - Concentração das dissertações por região brasileira. Elaboração própria.

5.3 – Artigos

No que se refere aos artigos, estes podem ser divididos por ano de publicação. Deste modo temos:

2013 – 01 publicação

Composto por apenas uma publicação, o artigo que inaugura esta seção é elaborado por Teixeira, Matias e Mascarenhas (2013) e aborda o financiamento do esporte no ciclo olímpico de Londres. Os autores constataram que mesmo com um aporte considerável de recursos financeiros, o resultado expressado pela delegação brasileira na olimpíada de Londres, não apresentou os resultados esperados, pois, segundo os autores, o ciclo olímpico em questão foi pautado muito mais pelas “urgências” do que pelo planejamento estratégico para obtenção de bons resultados. Para aquele momento, os autores acreditavam que, caso mantido o mesmo comportamento, o próximo ciclo olímpico tenderia a repetir as mesmas ações, ou seja, reproduzindo privilégios e centralizando a organização do esporte de alto rendimento.

Artigos publicados em 2013					
Nº	Ano e local de publicação	Título	Autoria	Instituições	Tema
01	2013 – Revista de Ciências Sociales (CI), núm. 31, 2013, pp. 86- 110	O financiamento do esporte olímpico no Brasil: uma análise do ciclo de Londres (2009-2012)	Marcelo Resende Teixeira; Wagner Barbosa Matias; Fernando Mascarenhas	UnB	Financiamento do EAR

Quadro 4 - Artigos publicados em 2013. Fonte: dados da pesquisa. Elaboração própria.

2014 – 02 publicações

Já no que se refere às publicações do ano de 2014, temos dois artigos. O primeiro de publicação de Corrêa et al (2014) e o segundo de Athayde (2014).

O artigo desenvolvido por Corrêa et al (2014) aborda o financiamento do esporte olímpico de verão a partir do Programa Bolsa Atleta. O trabalho desenvolveu-se a partir das listagens publicadas pelo Ministério do Esporte em que os autores extraíram as informações referente ao programa citado. De acordo com eles, para aquele momento, o programa, apesar de apresentar avanços, ainda expressava fragilidade no acesso, no qual os autores denominaram de “uma pirâmide de alicerce estreito”.

Já a produção de Athayde (2014) discute a disputa do fundo público no âmbito do financiamento do esporte no Brasil. Na pesquisa, o autor buscou investigar a agenda pública para o esporte brasileiro e constatou que houve uma mudança de trajetória diante do crescimento do aporte de recursos para as demandas dos megaeventos esportivos de 2014 e 2016.

Artigos publicados em 2014					
Nº	Ano e local de publicação	Título	Autoria	Instituições	Tema
01	2014 - Pensar a Prática, Goiânia, v. 17, n. 4, out./dez. 2014	Financiamento do esporte Olímpico de Verão Brasileiro: Mapeamento Inicial do Programa “Bolsa atleta” (2005-2011)	Amanda Jorge Corrêa; Marcelo Moraes e Silva; Fernando Marinho Mezzadri; Fernando Renato Cavichioli.	UFPR	Políticas ou programas esportivos específicos
02	2014 - revista.cbce.org.br	A Disputa pelo Fundo Público no Âmbito do Financiamento Esportivo Brasileiro	Pedro Fernando Avalone Athayde	UnB	Gasto com a política esportiva ou orçamento esportivo

Quadro 5 - Artigos publicados em 2014. Fonte: dados da pesquisa. Elaboração própria.

2015 – 03 publicações

Para o ano de 2015, continua a ser percebido o aumento gradual do número de publicações, totalizando três (03).

A primeira aqui destacada é de produção de Athayde, Mascarenhas e Salvador (2015). Os autores investigaram o gasto público para com o esporte durante o governo Lula (2003-2010) e constataram uma distribuição instável entre os programas não sendo possível estabelecer um padrão de financiamento, mas sendo possível destacar a primazia do esporte de alto rendimento na alocação de recursos.

Na sequência, Silva et al (2015) estudam a configuração do ordenamento jurídico no que se refere ao financiamento, fazendo relação com a teoria dos jogos de Norbert Elias. Os autores verificaram que apesar de haver recursos financeiros para o esporte de rendimento no país, ainda não é possível notar uma política de avaliação que constate os benefícios dos montantes alocados no esporte brasileiro.

Por fim, finalizadas as três publicações de 2015, Silva et al (2015b) abordam o financiamento público do esporte rugby no Brasil, que ao ser indicado para compor o programa olímpico de 2010, inicia políticas de desenvolvimento da modalidade, tendo, portanto, amparo estatal e grande aporte de recursos envolvidos. Os autores concluíram que a principal forma de financiar o desenvolvimento do desse esporte no país foi por meio da Lei de Incentivo ao Esporte.

Artigos publicados em 2015					
Nº	Ano e local de publicação	Artigo	Autoria	Instituições	Tema
01	2015 - Rev. Bras. Ciênc. Esporte 37 (1) • Jan-Mar 2015	Primeiras aproximações de uma análise do financiamento da política nacional de esporte e lazer no Governo Lula	Pedro Athayde; Fernando Mascarenhas; Evilásio Salvador	UnB	Gasto público referente às políticas de esporte e lazer
02	2015 - Lúdica pedagógica.	A Configuração do Ordenamento Jurídico Relativo	Marcelo Moraes e Silva; Fernando	UFPR	Legislação do financiamento esportivo

	No. 21 (2015 - I)	ao Financiamento do Governo Brasileiro ao Esporte de Rendimento: uma análise a partir da Teoria dos Jogos de Norbert Elias	Marinho Mezzadri; Natasha Santos; Philippe Rocha de Camargo; Katiuscia Mello Figuerôa		
03	2015 - Rev. educ. fis. UEM 26 (2) • Apr-Jun 2015	O financiamento público do rugby brasileiro: a relação governo federal e confederação brasileira de rugby(cbru)	Marcelo Moraes e Silva; Fernando Marinho Mezzadri; Doralice Lange de Souza; Paulo Maurício de Souza	UFPR	Financiamento público de Entidades de prática esportiva

Quadro 6 - Artigos publicados em 2015. Fonte: dados da pesquisa. Elaboração própria

2016 – 05 publicações

Alcançando as publicações do ano de 2016, mais uma vez é possível notar o aumento do número das produções, que desta vez atingem a marca de cinco (05) publicações.

O primeiro trabalho elencado nesta seção é de autoria de Diniz e Silva (2016), em que tratam sobre o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços do Estado de Minas Gerais. Os autores buscaram discutir o papel deste tributo para o financiamento do esporte em Minas Gerais e constataram que a estratégia adotada para o momento ainda apresentava muitos limites e uma demasiada valorização dos eventos esportivos municipais.

Na sequência, Furtado et al (2016) tratam do financiamento do esporte no Estado de Santa Catarina por meio do FUNDESPORTE. A constatação dos autores foi de que os recursos provenientes do FUNDESPORTE acabam privilegiando a dimensão do alto rendimento, assim também como os eventos de grande porte realizados no Estado, indo, portanto, na contramão do que preconiza a Constituição Federal de 1988.

O terceiro artigo da sequência é de produção de Ordonhes, Luz e Cavichioli (2016). Nesse trabalho, os autores tentam estabelecer as relações entre o financiamento esportivo e a obtenção de resultados, especificamente na natação nesse caso. Como resultado, verificaram que as instituições que mais obtiveram resultados foram aquelas que também tiveram maior aporte financeiro por meio do Programa Bolsa Atleta. Por outro lado, ser financiado por meio da Lei de Incentivo ao Esporte não apresenta uma relação clara entre financiamento e resultados.

Silva et al (2016) estudaram a distribuição geográfica do Programa Bolsa Atleta para o judô no período de 2011 – 2013, utilizando dados do Ministério do Esporte e da Confederação Brasileira de Judô. Ao fim do trabalho, verificaram que os atletas tendem a permanecer em regiões mais desenvolvidas do país, tais como Sul e Sudeste, seguido de Nordeste, Centro-Oeste e Norte.

Reginato e Souza (2016) buscaram demonstrar como os incentivos fiscais federais funcionavam nas áreas do esporte e paradesporto na região do Vale do Paranhana e Serra do Rio Grande do Sul. O estudo valeu-se de pesquisa quanti-qualitativa para alcançar os dados de pesquisa e teve como resultado a demonstração de que os incentivos fiscais são oportunidades para o investimento socialmente responsável e que pode, sobremaneira, agregar valor à marca e à imagem das empresas diante da sociedade.

Artigos publicados em 2016					
Nº	Ano e local de publicação	Artigo	Autoria	Instituições	Tema
01	2016 - Movimento, v. 22, n. 4, 1223-1236, out./dez. de 2016.	O ICMS esportivo e o financiamento das políticas municipais de esporte em Minas Gerais	Rafael Silva Diniz; Luciano Pereira da Silva	UFMG	Gasto com a política esportiva ou orçamento esportivo
02	2016 - Motrivivência v. 28, n. 47, p. 145-159, maio/2016	O financiamento do esporte em Santa Catarina: o caso do FUNDESPORTE nos anos de 2011 e 2012	Sabrina Furtado; Eduardo Roberto May Effting; Suélen	UFPR; UDESC	Gasto com a política esportiva ou orçamento esportivo

			Barboza Eiras de Castro; Doralice Lange de Souza.		
03	2016 - Motrivivência v. 28, n. 47, p. 82-95, maio/2016	Possíveis relações entre investimentos públicos e obtenção de resultados: o caso da natação brasileira	Mayara Torres Ordonhes; Wallinson Ramos Sant'ana da Luz; Fernando Renato Cavichiolli.	UFPR	Políticas ou programas esportivos específicos
04	2016 - Pensar a Prática, Goiânia, v. 19, n. 1, jan./mar. 2016	O judô no programa governamental bolsa-atleta: a distribuição espacial dos bolsistas (2011-2013)	Yuri Rafael Dias; Marcelo Moraes e Silva; Katuscia Mello Figuerôa; Ricardo João Sonoda Nunes; Jeferson Roberto Rojo; Fernando Marinho Mezzadri.	UFPR	Políticas ou programas esportivos específicos
05	2016 - Revista Eletrônica de Ciências Contábeis n. 8 (2016)	Análise dos incentivos fiscais ao desporto e paradesporto no âmbito da lei n� 11.438/2006	Douglas Augusto Reginatto; Antonio Osnei Souza.	Faculdades Integradas de Taquara – FACCAT	Gasto com a política esportiva ou o orçamento esportivo

Quadro 7 - Artigos publicados em 2016. Fonte: dados da pesquisa. Elaboração própria.

2017 – 06 publicações

Para o ano de 2017, temos um total de oito (08) publicações de artigos versando sobre o tema aqui estudado.

O primeiro trabalho da listagem de 2017 é de autoria de Teixeira et al (2017). No trabalho, os autores abordam o tema do financiamento esportivo sob a perspectiva de análise do Programa Bolsa Atleta em contexto nacional e levou em consideração a abrangência, a configuração do financiamento e o gasto produzido, realizando concomitantemente o cotejamento com os resultados alcançados nos Jogos Olímpicos de 2008, 2012 e 2016. Para a realização do trabalho, bases de dados do Portal da Transparência do Governo Federal; lista de atletas beneficiados no Diário Oficial da União; relatórios de gestão Ministério do Esporte e do Comitê Olímpico do Brasil e site dos Jogos Olímpicos de Pequim, Londres e Rio de Janeiro, foram utilizados. Ao final, verificaram que os investimentos do Programa Bolsa Atleta acontecem em atletas que já se encontram em alto grau de desenvolvimento esportivo e ainda apresenta pequena margem evolutiva nos jogos olímpicos apresentados.

Na sequência temos a pesquisa de Canan, Santos e Starepravo (2017), que trata sobre “Panorama geral sobre políticas de esporte no Brasil”. Com o artigo, os autores se propõem a apresentar o panorama geral sobre as políticas de esporte no Brasil, levando em consideração a relação entre Estado e esporte, a organização esportiva institucional e o financiamento esportivo. Para os autores, houve uma mudança de perspectiva na organização do esporte no país, passando de um caráter centralizador para um mais descentralizado democrático. O esporte, por ainda apresentar-se com sentido de competição regrada, ainda se oferece como um desafio na hora de propor políticas públicas ainda mais democráticas.

Seguindo adiante, Teixeira, Matias e Mascarenhas (2017), investigam o aporte financeiro realizado durante o ciclo olímpico de 2009 – 2012. Neste estudo os pesquisadores buscaram identificar os recursos disponibilizados, assim também como as instituições contempladas. Os resultados obtidos pelos pesquisadores demonstram que o volume de recursos foi maior do que em outros momentos, porém ainda parece representar a prevalência de determinados esportes em detrimento de outros.

Já no que se refere às ações do poder público em âmbito municipal, Grasso e Isayama (2017) estudaram a política de esporte desenvolvida no município de Santarém-PA durante o

período de 2005 – 2012. Para a realização da pesquisa, se valeram de relatórios e planejamentos da Assessoria de Esporte e Lazer (AEL), revistas com as mensagens da ex-prefeita à Câmara Municipal, Leis Orçamentárias Anuais e o Plano Plurianual, assim também como o uso de entrevista semiestruturada aplicada a 12 gestores municipais. Ao final, constataram que houve evolução no gasto com as três dimensões do esporte (alto rendimento, educacional e participação) mesmo que ainda não seja o ideal.

O artigo seguinte é de autoria de Camargo et al (2017). Neste estudo, os autores desenvolveram a pesquisa buscando conhecer as características de distribuição das bolsas considerando idade e sexo dos contemplados. O universo da pesquisa levou em consideração mais de 16.000 atletas financiados pelo Programa Bolsa Atleta no período de 2005 a 2016. Desse modo, constataram que houve disparidades de investimentos no que se refere ao gênero e à faixa etária.

De autoria de Camargo e Mezzadri, o trabalho “Políticas públicas para o esporte: o Programa Bolsa Atleta e sua abrangência na base do handebol no Brasil” aborda as políticas de financiamento que vêm sendo adotadas no esporte mencionado no período de 2008 – 2014. Como conclusão, os autores perceberam que o investimento foi priorizado nas categorias em que o benefício é maior, desta forma o Programa Bolsa Atleta não assegurava investimento na formação de atletas no handebol, pois as bolsas não conseguiram atingir nem 5% dos atletas da modalidade.

Artigos publicados em 2017					
Nº	Ano e local de publicação	Artigo	Autoria	Instituições	Tema
01	2017 - Motrivivência, Florianópolis/SC, v. 29, n. esp., p. 92-109, dezembro/2017	O Programa Bolsa Atleta no contexto esportivo nacional	Marcelo Resende Teixeira; Wagner Barbosa Matias; Fernando Henrique Carneiro; Fernando Alves Mascarenhas.	UnB	Políticas ou programas esportivos específicos
02	2017 - Caderno de Educação Física e Esporte	Panorama geral sobre políticas de esporte no Brasil	Felipe Canan; Luciana Letícia Sperini Rufino	Universidade Estadual do	Políticas ou programas esportivos específicos

	Vol. 15, Nº. 1, 2017		dos Santos; Fernando Augusto Starepravo.	Oeste do Paraná (UNIOESTE); Universidade Estadual de Maringá (UEM); Faculdade Intermunicipal do Noroeste do Paraná (FACINOR)	
03	2017 - Rev. Bras. Ciênc. Esporte 39 (3) • Jul-Set 2017	O esporte olímpico no Brasil: recursos financeiros disponibilizados para Olimpíadas Londres 2012	Marcelo Resende Teixeira; Wagner Barbosa Matias; e Fernando Mascarenhas.	UnB	Políticas ou programas esportivos específicos
04	2017 - REVISTA DA ALESDE core.ac.uk	As características de distribuição de bolsas no programa bolsa- atleta referentes à idade e ao sexo dos atletas olímpicos e paralímpicos	Philippe Rocha de Camargo; Thiago de Oliveira Santos; Sabrina Coelho dos Santos; Fernando Marinho Mezzadri.	UFPR	Políticas ou programas esportivos específicos
05	2017 - Pensar a Prática, Goiânia, v. 20, n. 1, jan./mar. 2017	Políticas públicas para o esporte: o Programa Bolsa Atleta e sua abrangência na base do handebol no Brasil	Philippe Rocha de Camargo; Fernando Marinho Mezzadri.	UFPR	Políticas ou programas esportivos específicos
06	2017 - R. bras. Ci. e Mov 2017; 25(1):151-167.	Financiamento e políticas públicas de esporte e lazer: uma análise da gestão no município de	Rita Peloso Grasso; Hélder Ferreira Isayama.	UFMG	Gasto com a política esportiva ou orçamento esportivo

		Santarém/PA (2005-2012)			
--	--	----------------------------	--	--	--

Quadro 8 - Artigos publicados em 2017. Fonte: dados da pesquisa. Elaboração própria.

2018 – 05 publicações

Para o ano de 2018, o primeiro artigo da listagem é o trabalho de Carneiro e Mascarenhas (2018). Neste trabalho, os autores fazem uma proposição de metodologia de análise crítica para os estudos sobre financiamento no Brasil. Para isso, buscam analisar as fontes do financiamento do esporte (orçamentário, extraorçamentário e gastos tributários) e o direcionamento desse gasto nas diferentes categorias: esporte de alto rendimento, "esporte, educação, lazer e inclusão social", infraestrutura, grandes eventos e gestão.

Figurando como o segundo trabalho de 2018, Ferreira et al (2018) estudam o financiamento do esporte paralímpico no Brasil por meio dos convênios. O objetivo dos autores era descrever os investimentos públicos realizados por meio dos convênios federais voltados para o esporte paralímpico. Para realizar o estudo, utilizaram de pesquisa documental na Secretaria de Esporte de Alto Rendimento do Ministério do Esporte (SNEAR), a fim de catalogar os convênios e contratos existentes no período de 2008 – 2016. Ferreira et al (2018) constataram que o país tem feito investimentos nos esportes paralímpicos, porém não há sistematização a respeito dos repasses financeiros realizados por meio dos convênios. Diante de tal situação, os autores acreditam que a sistematização apresentada pode contribuir com o desenvolvimento da avaliação e formulação de políticas públicas para o setor.

Na sequência, tem-se o trabalho de Athayde e Dalmas (2018), que trata sobre políticas de esporte do Distrito Federal no período de 2008 – 2014. Neste trabalho, os autores tiveram como objetivo identificar a magnitude e o gasto com esporte no âmbito das políticas de esporte na região do Distrito Federal, ao mesmo tempo em que realizaram o mapeamento da legislação esportiva em nível nacional e distrital. Ao final do trabalho, verificaram que as políticas esportivas do Distrito Federal apresentam um caráter dúbio, ou seja, ora apresenta continuidade das políticas, ora apresenta descontinuidade das políticas esportivas. Tal caráter das políticas estudadas pelos autores acaba demonstrando um afastamento dos princípios de atendimento das políticas públicas para com a população, pois retarda o acesso ao direito do esporte e lazer.

Em continuidade à lista de artigos de 2018, Santos e Starepravo (2018) estudam como que a estrutura administrativa dos governos municipais do Estado do Piauí interfere nos investimentos per capita para a Função Desporto e Lazer referente ao ano de 2013. Assim,

Santos e Starepravo (2018) buscaram analisar se a existência, ou não, de estrutura administrativa interferiu no aporte do financiamento. Finalizaram o estudo constatando que a existência da estrutura administrativa não interferiu na magnitude de investimento per capita para a função desporto e lazer para o período sob análise.

Chegando ao final da lista de artigos referente ao ano de 2018, temos o trabalho elaborado por Teixeira et al (2018) que discute “os reveses de um orçamento (r)emendado”. No trabalho em questão, os autores analisaram as emendas parlamentares que foram vinculadas ao Ministério do Esporte com o objetivo de verificar a efetivação das emendas, o direcionamento e os gastos relativos ao período de 2008 – 2015. Ao final do estudo, constataram que mais de 50% do orçamento do Ministério do Esporte era resultante de emendas parlamentares, que por sua vez, em grande maioria, acabam atendendo a interesses pré-estabelecidos, principalmente quando se trata das bases eleitorais de quem destina o recurso.

Artigos publicados em 2018					
Nº	Ano e local de publicação	Artigo	Autoria	Instituições	Tema
01	2018 - Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação da Câmara dos Deputados, v. 11, Número Especial – Pesquisas e Políticas sobre Esporte, 2018. researchgate.net	O financiamento esportivo brasileiro: proposta de metodologia crítica de análise	Fernando Henrique Silva Carneiro; Fernando Mascarenhas.	IFG; UnB	Metodologia
02	2018 - Brazilian Journal of Education, Technology and Society (BRAJETS) – Especial Section, “Disability, Education, Technology and	Financiamento do esporte paralímpico no Brasil: convênios	Alan de Carvalho Dias Ferreira; Kassandra Pereira Vitor; Marcelo de Castro Haiachi; Alberto	UFRGS; Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento; UFS; UFRGS	Financiamento do EAR

	Sport” 2018, Vol. 11, No. 01, Jan-Mar repositorio.umaia.pt		Reinaldo Reppold Filho		
03	2018 - R. bras. Ci. e Mov 2018;26(2):113-128	Políticas de esporte do Distrito Federal: uma análise sobre a legislação, gestão e o financiamento entre os anos de 2008 a 2014.	Pedro Fernando Avalone Athayde; Leandro Casarin Dalmas.	UnB	Gasto com a política esportiva ou orçamento esportivo / Legislação
04	2018 - Licere, Belo Horizonte, v.21, n.4, dez/2018	Estrutura Político- Administrativa dos Governos Municipais do Piauí e Investimento no Esporte e no Lazer	Edmilson Santos dos Santos; Fernando Augusto Starepravo	Universidade Federal do Vale do São Francisco UNIVASF; UEM	Gestão da Política de Esporte
05	2018 - Movimento 24 (2) • Apr-Jun 2018	Esporte, fundo público e pequena política: os reveses de um orçamento (r)emendado	Marcelo Resende Teixeira; Fernando Henrique Carneiro; Fernando Mascarenhas; Wagner Barbosa Matias	Ministério Do Esporte; IFG; UnB	Gasto com a política esportiva ou orçamento esportivo

Quadro 9 - Artigos publicados em 2018. Fonte: dados da pesquisa. Elaboração própria.

Dando continuidade ao trabalho até aqui realizado, em 2019 tivemos um total de onze (11) publicações de artigos versando sobre o tema do financiamento, demonstrando o aumento considerável das produções.

O primeiro artigo da lista é de autoria de Castro e Mezzadri (2019). Neste artigo os autores estudam o panorama das principais fontes de financiamento público para o esporte brasileiro e teve como objetivo discorrer sobre as principais fontes de financiamento público para o esporte. A conclusão que os autores chegaram foi de que as principais fontes de financiamento para o esporte apresentam-se em desarticulação com os preceitos constitucionais relativos à noção de direito social.

Na sequência, Santos, Milani e Starepravo (2019) investigam sobre como tem ocorrido o financiamento do esporte nos municípios do sul do Brasil no período de 2005 a 2014, levando em consideração os gastos com a Função Desporto e Lazer, mais especificamente com a subfunção Desporto de rendimento. Os autores concluíram que há uma diversidade alocativa dos recursos e que é necessário ainda avançar para o maior detalhamento dessas alocações até para poder estabelecer relações entre os entes federados.

O trabalho seguinte é de autoria de Carneiro, Athayde e Mascarenhas (2019) e trata sobre o financiamento e gasto do Ministério do Esporte no período de 2003 até 2018, que é o tempo em que respectivamente assumem o poder federal: Lula, Dilma e Temer. Assim, os autores mostram que cada gestão federal teve um foco maior em uma determinada área. Desse modo, o governo Lula teve um aporte financeiro maior em infraestrutura, o governo Dilma teve foco na área dos megaeventos esportivos, enquanto o governo Temer preocupou-se com gestão e infraestrutura.

Carneiro et al (2019) elaboram trabalho sobre a matriz do financiamento do esporte no Brasil no período de 2004 – 2015. Neste trabalho, o objetivo era construir e analisar a matriz do financiamento público federal para o esporte, levando em consideração suas diversas fontes. Os autores apresentam que o orçamento público federal é composto pelas fontes orçamentárias, extraorçamentárias e pelos gastos tributários. Ainda de acordo com os pesquisadores, após as análises, percebeu-se que os tributos que compõem a fonte orçamentária incidem muito mais sobre a classe trabalhadora e que os gastos tributários favorecem os capitalistas com a isenção de impostos.

Santos, Menezes e Lima (2019) realizaram trabalho que investigou o comportamento dos decisores locais dos municípios do Estado de Pernambuco no que se refere à alocação de

recursos provenientes da Função Desporto e Lazer. Neste estudo, verificaram que em todos os níveis de dependência dos municípios em relação ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM) houve investimentos direcionados ao desporto comunitário e ao lazer e que o desporto de rendimento apresenta menor foco por parte dos municípios pernambucanos.

No continuum de trabalhos publicados em 2019, Quinaud et al (2019) apresentaram à comunidade acadêmica estudo relativo às demandas e distribuição dos recursos do fundo estadual de esporte do Estado de Santa Catarina, no período de 2007 – 2014. Os autores buscaram caracterizar as demandas e os recursos financeiros que formam destinados ao órgão gestor esportivo de Santa Catarina. Verificaram que há uma preferência de destinação orçamentária ao que denominaram de tripé “atleta-infraestrutura-evento”, que representa uma política focada nos aspectos do alto rendimento.

Castro, Scarpin e Souza (2019) investigaram as prioridades e a distribuição orçamentária das políticas federais do Ministério do Esporte no decorrer dos processos de elaboração e execução orçamentária dos anos de 2004 a 2011. Os pesquisadores concluíram que, para o período em análise, não havia um quadro único com as prioridades para elaboração e execução orçamentária. Diante disso, os autores afirmavam que a ausência de padrão do financiamento e a falta de regularidade dos recursos revelaram que o governo federal não tinha uma política clara para o setor esportivo.

Carneiro (2019), com o intuito de analisar os gastos do Ministério do Esporte, no período de 2003 – 2018, realizou levantamento documental nos planos plurianuais e no SIGA Brasil para detectar a oscilação dos valores despendidos pelo Ministério do Esporte em diferentes categorias de gastos. Assim, Carneiro (2019) constatou que a maior parte do gasto foi com infraestrutura esportiva e megaeventos, após passar por uma primeira fase de investimentos em programas sociais esportivos.

Fender, Cavazzoni e Bastos (2019) estudaram os recursos das fontes de financiamento do Esporte de Alto Rendimento realizando uma releitura a partir do relatório do Tribunal de Contas da União (TCU) em 2014. A releitura feita pelos autores demonstra uma diferença significativa em relação ao presente no relatório e ao que consta em seus achados de pesquisa. Para Fender, Cavazzoni e Bastos (2019), foi necessário diferenciar os investimentos recorrentes daqueles que foram feitos especificamente durante o período de megaeventos esportivos no Brasil. Segundo os autores, essa diferenciação é necessária tendo em vista a possível distorção interpretativa dos dados. Deste modo, os eventos esportivos ocorridos no Brasil alteraram consideravelmente o curso natural do financiamento do esporte no país.

Furtado, Trindade e Mezzadri (2019) buscaram saber se o Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB) atendia aos requisitos legais no que concerne ao fato de ter sido reconhecido como uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP). Para tanto, verificaram se os dados provenientes dos relatórios de prestação de contas coadunavam com os dados presentes no planejamento estratégico e com o estatuto social do CPB. A contraposição dos dados obtidos pelos pesquisadores demonstrou aspectos conflitantes entre o regimento das organizações de interesse público e as normativas do financiamento dos comitês esportivos do Brasil.

Santos e Carvalho (2019) realizaram trabalho descritivo exploratório para analisar de modo comparativo como se deu o comportamento dos municípios do sul do Brasil em relação a subfunção Desporto Comunitário. De acordo com os autores, a adesão e o gasto com a subfunção Desporto Comunitário ocorreram em elevados níveis e os governos municipais são os principais financiadores do esporte na região mesmo sem haver uma legislação específica para isso.

Artigos publicados em 2019					
Nº	Ano e local de publicação	Artigo	Autoria	Instituições	Tema
01	2019 - REVISTA DA ALESDE core.ac.uk	Panorama das principais fontes de financiamento público para o esporte brasileiro	Suélen Barboza Eiras de Castro; Fernando Marinho Mezzadri.	UFPR	Gasto com a política esportiva ou orçamento esportivo
02	2019 - R. bras. Ci. e Mov 2019; 27(4):32-42.	O lugar do esporte de rendimento no financiamento da função esporte e lazer dos municípios do sul do Brasil	Edmilson S. dos Santos; Fernanda G. Milani; Fernando A. Starepravo.	Universidade Federal do Vale do São Francisco; UEM	Gasto com a política esportiva ou orçamento esportivo

03	2019 - Rev. Motriviv. vol.31 no.60 Florianópolis out./dez 2019	Era uma vez um ministério do esporte...: seu financiamento e gasto nos governos Lula, Dilma e Temer	Fernando Henrique Silva Carneiro; Pedro Fernando Avalone Athayde; Fernando Mascarenhas.	IFG; UnB	Gasto com a política esportiva ou orçamento esportivo
04	2019 - R. bras. Ci. e Mov 2019; 27(4): 85-102	A matriz de financiamento público federal do esporte no Brasil	Fernando Henrique Silva Carneiro; Pedro F. Avalone Athayde; Claudia Catarino Pereira; Fernando Mascarenhas.	IFG; UnB; IF-SUL DE MINAS	Gasto com a política esportiva ou orçamento esportivo
05	2019 - Rev. Bras. Ciênc. Esporte 41 (1) • jan-mar 2019	Investimento na função desporto e lazer (FDL) dos municípios de Pernambuco no ano de 2013 por níveis de dependência do Fundo de Participação dos Municípios (FPM)	Edmilson Santos dos Santos; Vilde Gomes de Menezes; Ezer Wellington Gomes Lima	Universidade Federal do Vale do São Francisco; Universidade Federal de Pernambuco;	Gasto com a política esportiva ou orçamento esportivo
06	2019 - Rev. Bras. Ciênc. Esporte 41 (3) • jul-sep 2019	Demandas e distribuição de recursos do fundo estadual de esporte de Santa Catarina: análise das propostas esportivas	Ricardo Teixeira Quinaud; Juarez Vieira do Nascimento; Michel Angillo Saad; Wanderley	UFSC; UFPR; UDESC	Gasto com a política esportiva ou orçamento esportivo

		submetidas de 2007 a 2014	Marchi Júnior; Alexandra Folle.		
07	2019 - Rev Bras Educ Fís Esporte, (São Paulo) 2019 out-dez; 33(4): 531-549	Ciclo orçamentário e prioridades das políticas federais para o esporte e lazer no Brasil (2004-2011)	Suélen Barboza Eiras de Castro; Jorge Eduardo Scarpin; Doralice Lange de Souza	UFPR; Concordia College Moorhead, Moorhead, Minnesota, United States	Gasto com a política esportiva ou orçamento esportivo
08	2019 - E-legis, Brasília, Número Especial – Pesquisas e Políticas sobre Esporte, nov. 2019	O direcionamento do gasto do ministério do esporte de 2003 a 2018	Fernando Henrique Silva Carneiro	IFG	Gasto com a política esportiva ou orçamento esportivo
09	2019 - Revista de Gestão e Negócios do Esporte (RGNE) – São Paulo - Vol. 4 - N. 2, 231-249, jul.-dez./2019	Recursos das Fontes de Financiamento do Esporte de Alto Rendimento do Brasil: uma releitura do período 2010-2014	Rene Vinícius Donnangelo Fender; Pedro Bataglioli Cavazzoni; Flávia da Cunha Bastos ³	USP	Gasto com a política esportiva ou orçamento esportivo
10	2019 - Movimento 25 • 2019	A atuação do Comitê Paralímpico Brasileiro enquanto organização da sociedade civil de interesse público	Sabrina Furtado; Nadyne Venturini Trindade; Fernando Marinho Mezzadri.	UFPR; School of Sport, Exercise and Health Sciences. Universidade de Loughborough. Loughborough, Leicestershire. Reino Unido	Entidades de administração do esporte e de prática esportiva

11	2019 - Movimento 25 • 2019	Gasto na subfunção desporto comunitário na região sul do Brasil	Edmilson Santos Santos; Maria José Carvalho	Universidade Federal do Vale do São Francisco; Universidade do Porto. Porto, Portugal	Gasto com a política esportiva ou orçamento esportivo
----	----------------------------------	--	---	---	---

Quadro 10 - Artigos publicados em 2019. Fonte: dados da pesquisa. Elaboração própria.

2020 – 06 publicações

Na consecução deste trabalho, o artigo que inaugura o período de 2020 é de autoria de Pereira et al (2020). No artigo em questão, os autores realizam estudo de revisão sistemática em que avaliam uma série de outros artigos publicado no período de 1998 até 2018. Dessa forma, conseguem estabelecer quatro categorias de análise, que são: I) gasto com a política esportiva ou o orçamento esportivo; II) políticas ou programas esportivos específicos; III) megaeventos esportivos; e IV) entidades de administração do esporte e prática esportiva. Realizado desta forma, os autores apontaram que a área de estudo do financiamento do esporte tem apresentado um volume considerável nas produções acadêmicas, mas que ainda requer atenção em relação a diversos outros temas abordados.

Camargo et al (2020) investigaram o volume e a aplicação de recursos públicos federais pela Confederação Brasileira de Handebol (CBHb) no período de 2008 – 2016. Constataram que o maior aporte dos recursos utilizados pela CBHb é proveniente de recursos federais, totalizando 41% dos gastos totais da confederação em questão. Para além disso, os autores verificaram que há uma ausência de uma política estruturada que contemplasse as esferas do esporte educacional e participação.

Carneiro et al (2020) estudaram a disputa do fundo público durante os governos Lula e Dilma (2004 – 2015). Como achado de pesquisa, apresentaram que o financiamento dos governos citados teve diferentes interesses econômicos, sociais e políticos, que estavam atrelados a diferentes fontes de financiamento (orçamentária, extraorçamentária e gasto tributário), interferindo no direcionamento do gasto - Esporte de Alto Rendimento; Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social; Infraestrutura; Megaeventos Esportivos; e Gestão.

Castro, Scarpin e Mezzadri (2020) investigaram a magnitude das emendas parlamentares destinadas ao Ministério do Esporte no período de 2004 – 2015. Constataram

que as emendas parlamentares destinadas ao órgão eram prioritariamente emendas individuais. Estados e municípios foram os maiores contemplados no período. Deste modo, concluíram que as emendas do Ministério do Esporte privilegiaram o atendimento de demandas dos parlamentares destinadores de recursos para locais aos quais estavam eleitoralmente vinculados.

Carneiro, Athayde e Mascarenhas (2020) estudaram o financiamento público do esporte brasileiro por meio das loterias federais nos governos de Lula e Dilma. O período de análise utilizado pelos pesquisadores foi de 2004 a 2015 e mostrou que ao longo desse período houve tanto aumento de recursos provenientes das loterias esportivas, como também criação de novas loterias esportivas para o financiamento do esporte no país, porém com tendência de priorização da dimensão do esporte de alto rendimento.

Santos e Freire (2020) analisaram os convênios firmados pelos municípios do Estado de São Paulo para com a Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude, que é a instituição a nível estadual, responsável por financiar o esporte no Estado de São Paulo. Neste sentido, os resultados encontrados pelos autores sugerem que mesmo com os convênios firmados, os contratos estão aquém da necessidade dos municípios. Além disso, consta também a ausência de participação dos gestores locais no orçamento municipal, o que acarreta entraves de caráter político-burocrático e faz com que o esporte não se torne prioridade de investimentos e de políticas públicas.

Artigos publicados em 2020					
Nº	Ano e local de publicação	Artigo	Autoria	Instituições	Tema
01	2020 - Rev. Motriviv. vol.32 no.62 Florianópolis abr./jun 2020	O financiamento do esporte no periodismo científico brasileiro: uma revisão sistemática	Cláudia Catarino Pereira; Fernando Henrique Silva Carneiro; Nadson Santana Reis; Pedro Fernando Avalone	Instituto Federal do Sul de Minas Gerais, Pouso Alegre; Instituto Federal de Goiás - IFG, Senador	Metodologia

			Athayde; Fernando Mascarenhas.	Canedo; Universidade do Estado da Bahia - UNEB; UnB	
02	2020 - J. Phys. Educ. 31 • 2020	Financiamento público, preparação olímpica e aplicação de recursos: o caso da Confederação Brasileira de Handebol	Philippe Rocha de Camargo; Thiago de Oliveira Santos; Suélen Barboza Eiras de Castro; Fernando Marinho Mezzadri.	UFPR	Entidades de administração do esporte e de prática esportiva
03	2020 - Movimento 26 • 2020	A disputa pelo fundo público no financiamento e gasto com esporte nos governos Lula e Dilma	Fernando Henrique Silva Carneiro; Marcelo Paula de Melo; Nadson Santana Reis; Fernando Mascarenhas.	IFG; UFRJ; UnB	Gasto com a política esportiva ou orçamento esportivo
04	2020 - Rev. Motriviv. vol.32 no. 62 Florianópolis abr./jun 2020	Emendas parlamentares e o orçamento federal para o esporte brasileiro (2004- 2015)	Suélen Barboza Eiras de Castro; Jorge Eduardo Scarpin; Fernando Marinho Mezzadri.	UFPR; Concordia College, Offutt School of Business, Moorhead, MN, USA	Gasto com a política esportiva ou orçamento esportivo
05	2020 - REVISTA INTERNACIONAL DE GESTÃO DESPORTIVA app.periodikos.com.br	O Financiamento Público do Esporte Brasileiro por Loterias Federais nos	Fernando Henrique Silva Carneiro; Pedro Fernando Avalone	IFG; UnB	Gasto com a política esportiva ou orçamento esportivo

		Governos Lula e Dilma	Athayde; Fernando Mascarenhas.		
06	2020 - REVISTA INTERCONTINENTAL DE GESTÃO DESPORTIVA app.periodikos.com.br	Financiamento do Esporte: análise dos convênios firmados em Municípios do Estado de São Paulo	Marco Aurélio Gonçalves Nobrega dos Santos; Elisabete dos Santos Freire.	Universidade Estadual do Norte de Paraná Faculdade Estácio de Sá de Ourinhos	Gasto com a política esportiva ou orçamento esportivo

Quadro 11 - Artigos publicados em 2020. Fonte: dados da pesquisa. Elaboração própria.

2021 – 06 publicações

Marques et al (2021) analisam as mudanças dos repasses das loterias esportivas. Para isso fazem uso de pesquisa documental disponível nos portais do governo federal, da Caixa Econômica Federal e no Portal Transparência no Esporte. Como resultado, destacaram que houve alteração nos percentuais de distribuição de recursos, tendo em vista a entrada de novas entidades de administração esportiva, crescendo, portanto, a participação das entidades de direito privado na distribuição dos recursos.

Carneiro et al (2021) estudaram o financiamento do esporte no Brasil para o ciclo olímpico de 2016. Para tanto, fizeram uso de documentos oriundos do Portal Transparência no Esporte e do Portal da Legislação do governo federal. Como conclusão, encontraram que, para o ciclo 2016, o governo federal criou vários dispositivos políticos e legais que almejavam o Brasil como potência esportiva e, com esse intuito, a dimensão esportiva do Esporte de Alto Rendimento angariou maiores recursos. Entre os maiores financiadores, encontravam-se as estatais, os concursos de prognósticos e loterias, assim também como a Lei de Incentivo ao Esporte e os recursos próprios do Ministério do Esporte.

Castro, Maoski e Mezzadri (2021) estudaram o financiamento do esporte no Estado do Paraná no período de 2002 a 2018 e para isso coletaram informações tanto do governo paranaense como da Secretaria do Tesouro Nacional. Os autores constataram que o percentual investido pelo governo do estado não atingiu nem 1% do orçamento geral do Paraná. Outra percepção dos autores foi a oscilação do financiamento ao longo do período sob análise, o esporte no Estado teve um dos menores investimentos se comparados às outras áreas.

Carneiro e Castellani Filho (2021) analisaram o financiamento das políticas públicas de esporte e lazer dos Estados e municípios das regiões brasileiras no período de 2013 a 2018. Os autores apontaram que houve uma importante variação do financiamento ao longo do tempo, principalmente no que se refere à diminuição dos investimentos, muito atrelado ao final da Copa do Mundo de Futebol de 2014. Outro fator de destaque ressaltado pelos autores é de que quanto mais desenvolvida uma região, maior também é o investimento em esporte, o que expressa uma desigualdade de investimento entre as regiões do país.

Athayde, Araujo e Pereira Filho (2021) abordam o tema do financiamento do esporte no Brasil a partir da perspectiva do abandono de prioridades. Para os autores, o ano de 2010 dá início a uma década perdida para o esporte. Esta argumentação sustenta-se tendo em vista que os autores constataram que houve uma série de mudanças institucionais referentes ao esporte no Brasil e mais especificamente ao financiamento, tendo em vista que houve a redução dos gastos públicos com esporte e mudança no perfil das fontes.

Carneiro, Athayde e Mascarenhas (2021) analisam o financiamento da Função Desporto e Lazer pelos diferentes entes federados. Os autores utilizam das informações presentes no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI) e do SIGA Brasil. Para Carneiro, Athayde e Mascarenhas (2021), mesmo que os municípios brasileiros não disponham de grandes recursos próprios, são eles que destinam mais recursos para a Função Desporto e Lazer, girando em torno de 90% dos municípios realizando esse tipo de gasto. Deste modo, para os autores, os municípios são protagonistas na promoção das políticas públicas para o setor.

Reis e Capraro (2021) estudaram as fontes de captação financeira dos atletas de alto rendimento no judô e notaram que há quatro vias de captação de recursos: clube, patrocínios individuais, Programa de Atletas do Alto Rendimento (PAAR) e Programa Bolsa Atleta. Dessa forma, sendo os recursos federais bastante significantes nesse processo. Além de identificarem as formas de captação de recursos pelos atletas, os autores também destacaram que ainda há déficits consideráveis em relação ao financiamento dos atletas de base do judô, à ausência de suporte para a recuperação de lesões e à falta de planejamento para o pós-carreira do atleta.

Artigos publicados em 2021					
Nº	Ano e local de publicação	Artigo	Autoria	Instituições	Tema

01	2021 - Rev. Bras. Ciênc. Esporte 43 • 2021	Financiamento do esporte no Brasil: análise acerca das mudanças recentes na configuração dos repasses de recursos das loterias federais	Luís Maurício Montenegro Marques; Oromar Augusto dos Santos Nascimento; Leandro Casarin Dalmas; Pedro Fernando Avalone de Athayde.	Secretaria de Educação do Distrito Federal; UnB	Gasto com a política esportiva ou orçamento esportivo / Legislação
02	2021 - Rev. Bras. Ciênc. Esporte 43 • 2021	O financiamento federal do esporte de alto rendimento no Ciclo Olímpico e Paralímpico Rio 2016	Fernando Henrique Silva Carneiro; Marcelo Resende Teixeira; Dirceu Santos Silva; Mariângela Ribeiro dos Santos; Fernando Mascarenhas.	IFG; UnB; Universidade Federal do Mato Grosso do Sul;	Financiamento do EAR
03	2021 - Rev. Motriviv. vol. 33 no. 64 Florianópolis 2021	O estado do Paraná e o orçamento para o esporte - 2002 a 2018	Suélen Barboza Eiras de Castro; Ana Paula Cabral Bonin Maoski; Fernando Marinho Mezzadri.	UFPR; Universidade Tecnológica Federal do Paraná	Gasto com a política esportiva ou orçamento esportivo

04	2021 - Revista Brasileira de Estudos do Lazer. Belo Horizonte, v.8, n.3, p.1-17, set./dez. 2021	O desigual financiamento estadual e municipal das políticas públicas de esporte e lazer pelas diferentes regiões brasileiras	Fernando Henrique Silva Carneiro; Lino Castellani Filho.	IFG; UNICAMP	Gasto público referente às políticas de esporte e lazer
05	2021 - REVISTA Corpoconsciência, Cuiabá-MT, v. 25, n. 3, p. 110-130, set./dez.,2021 periodicoscientificos.ufmt.br	Década perdida do esporte	Pedro Fernando Avalone Athayde; Silvana Martins de Araújo; Ednaldo da Silva Pereira Filho.	UnB; UFMA; Universidade do Vale do Rio dos Sinos	Contexto histórico-político
06	2021 - PODIUM Sport, Leisure and Tourism Review São Paulo v. 10 n. 1 p. 163-186 jan./abr. 2021 1	A participação dos entes federados no financiamento ao esporte e lazer no Brasil	Fernando Henrique Silva Carneiro; Pedro Fernando Avalone Athayde; Fernando Mascarenhas.	IFG; UnB	Gasto público referente às políticas de esporte e lazer
07	2021 - Movimento 27 • 2021	“A gente tem que somar”: fontes de captação financeira de atletas da seleção	Fabiana Della Giustina dos Reis; André Mendes Capraro.	UFPR	Entidades de administração do esporte e de prática esportiva

		brasileira de judô			
--	--	-----------------------	--	--	--

Quadro 12 - Artigos publicados em 2021. Fonte: dados da pesquisa. Elaboração própria.

2022 – 04 publicações

Carneiro et al (2022) desta vez estudam o financiamento do esporte no Brasil, levando em conta especificamente os gastos tributários. Para tanto, utilizam dos indicadores: fontes do financiamento, magnitude do gasto e direcionamento do gasto. Além desses indicadores, os autores ressaltam que a maior parte da legislação existente para o financiamento do esporte a partir dos gastos tributários foram elaboradas e aprovadas nos governos de Lula e Dilma. De acordo com os autores, os gastos tributários contribuíram para aumentar o gasto com esporte, principalmente a partir da Lei de Incentivo ao Esporte (lei 11.438/2006) e da realização dos megaeventos esportivos. Quanto ao direcionamento, ocorreram principalmente para a categoria “Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social”, sem deixar de ocorrer gastos também para o Esporte de Alto Rendimento e megaeventos.

Desta vez, Carneiro (2022) explora o financiamento esportivo no Estado de Goiás no período compreendido entre 2003 a 2018. Com a finalização da pesquisa, Carneiro (2022) foi capaz de apontar que a maior parte do financiamento do esporte no Estado foi realizado pelo órgão gestor estadual, porém o aporte total gasto foi considerado marginal em comparação a outros gastos governamentais e que o direcionamento do gasto se para as grandes infraestruturas esportivas e com pessoal.

Carneiro et al (2022) estudaram como se deu o financiamento e gasto com a infraestrutura esportiva no período de 2004 a 2019. Para realização da pesquisa, se valeram do levantamento documental realizado no portal Siga Brasil. Os autores apontam que a maioria dos recursos foram provenientes do Ministério do Esporte (posteriormente rebaixado para Secretaria Especial do Esporte) e de emendas parlamentares. Ainda assim, destacam que ao longo do período sob análise, ocorreram oscilações e contingenciamentos dos recursos, mas o direcionamento se deu prioritariamente para os grandes eventos esportivos e, geograficamente, concentraram-se na região sudeste.

Bueno, Mazzei e Bastos (2022) estudaram cem anos de desenvolvimento e participação da natação brasileira, levando em consideração o financiamento e como este interferiu nos resultados da modalidade. No que se refere ao financiamento, a autoria da pesquisa identificou três fontes: o repasse das loterias federais, o Programa Bolsa Atleta e o patrocínio dos correios.

Para os autores, grande parte do bom desenvolvimento da natação brasileira se deu por conta dos investimentos ocorridos e ainda há bastante espaço para melhoria dos resultados.

Artigos publicados em 2022					
Nº	Ano e local de publicação	Artigo	Autoria	Instituições	Tema
01	2022 - Movimento 25 • 2019	Os gastos tributários com esporte nos governos Lula e Dilma	Fernando Henrique Silva Carneiro; Wagner Barbosa Matias; Marcelo Resende Teixeira; Fernando Mascarenhas.	IFG; Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal; UnB	Gasto com a política esportiva ou orçamento esportivo
02	2022 - Revista Pensar a Prática. 2022, v. 25:e 69648	A política de esporte e lazer em Goiás: análise do financiamento e gasto de 2003 a 2018	Fernando Henrique Silva Carneiro.	IFG	Gasto com a política esportiva ou orçamento esportivo
03	2022 - LICERE, Belo Horizonte, v.25, n.1, mar/2022	O financiamento da infraestrutura urbana de esporte no Brasil: fontes, magnitude e direcionamento do orçamento federal de 2004 a 2019	Fernando Henrique Silva Carneiro; Eliane Elicker; Ywry Crystiano da Silva Magalhães; Cláudia Catarino Pereira; Fernando Mascarenhas.	IFG; UFAC; IFMA; IFSULDEMINAS; UnB	Gasto com a política esportiva ou orçamento esportivo

04	2022 - Olimpianos – Journal of Olympic Studies – v. 6	100 anos de natação olímpica brasileira: participações, resultados e investimentos financeiros nas últimas décadas	Bruna Lindman Bueno; Leandro Carlos Mazzei; Flávia da Cunha Bastos.	USP; UNICAMP	Políticas ou programas esportivos específicos
----	--	---	---	--------------	--

Quadro 13 - Artigos publicados em 2022. Fonte: dados da pesquisa. Elaboração própria.

Assim, ao final da exposição do conjunto de artigos publicados ao longo do período de análise, obteve-se um total de 49 artigos que ao longo de cinco (05) anos (2013 – 2017) teve um aumento gradual das publicações, ocorrendo uma queda no total de publicações no ano de 2018. Já para o ano de 2019, é possível notar o aumento consistente no quantitativo da produção sobre financiamento, atingindo mais que o dobro do ano anterior (11 publicações). Para os anos de 2020 e 2021, as publicações de artigos voltaram a cair, girando em torno dos 50% de queda (06 publicações) e, por fim, 2022 voltou a ter nova queda (04 publicações), atingindo os patamares mais próximos ao ano de 2015.

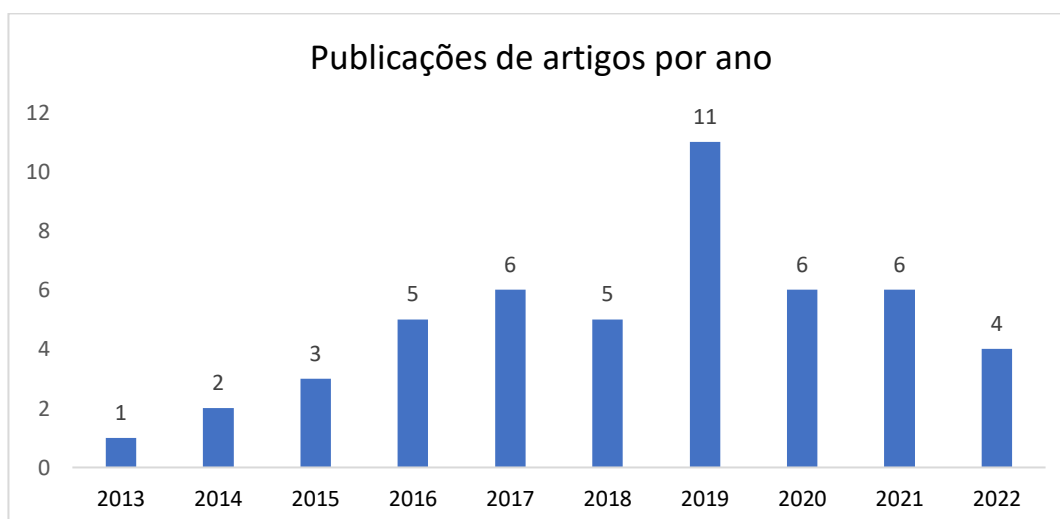


Gráfico 2 - Publicações dos artigos por ano. Elaboração própria.

No que se refere aos temas abordados nas publicações, pôde-se notar a grande quantidade de trabalhos circunscritos ao tema do “Gasto com a política esportiva ou orçamento esportivo”, que atinge o marco de 46% das publicações aqui identificadas. Na sequência, o segundo tema mais abordado foi o que tratava sobre as “Políticas ou programas esportivos

específicos”, que apresentou um percentual de 18% das publicações na categoria artigos. Os demais temas, apresentaram percentuais de 6, 4 e 2% respectivamente.



Gráfico 3 - Temas abordados pelos artigos. Elaboração própria.

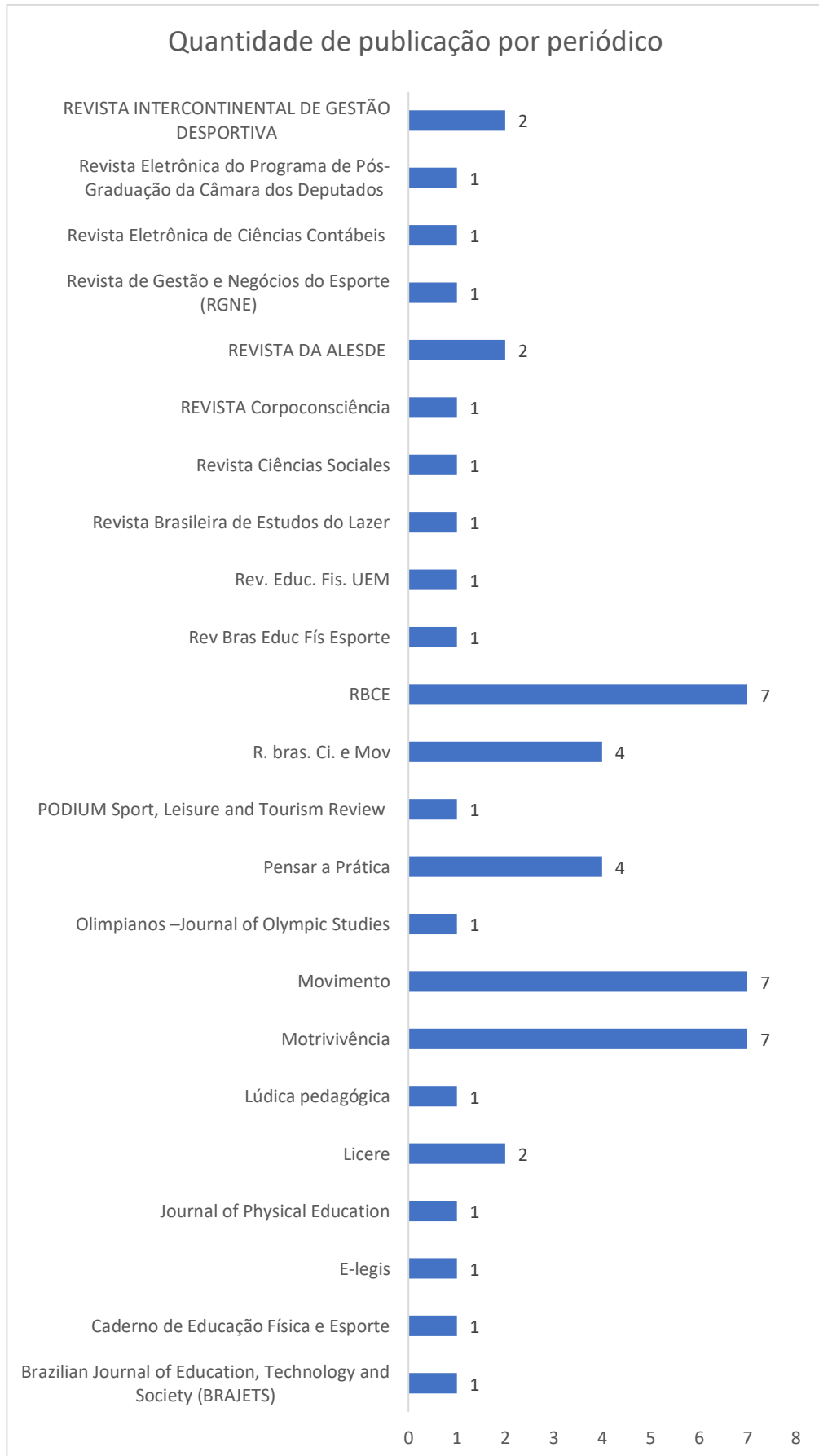


Gráfico 4 - Quantidade de produção por periódico. Elaboração própria.

5.4 Demais produções

Nesta seção do trabalho, estão sendo identificados como “demais produções” os trabalhos que possuem um menor quantitativo e que possuem maior diversidade quanto ao tipo de publicação, eles estão agrupados por ordem cronológica. Desta forma, temos:

- Livros;
- Capítulos de livros;
- Trabalhos de conclusão de curso – tipo artigo;
- Anais de eventos.

O estudo de Milani, Menegaldo e Starepravo (2017) está aqui enquadrado como parte integrante dos anais do XX Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte e do VII Congresso Internacional de Ciências do Esporte (XX CONBRACE/VII CONICE) realizado pelo Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE) no ano de 2017. Neste trabalho, os autores apresentam um comparativo entre os financiamentos esportivos dos Estados do Paraná e de Santa Catarina. Para tanto, buscaram identificar as fontes, o volume e a distribuição dos recursos destinados ao esporte nestes estados. Adiciona-se a isso, que de acordo com os autores, a diversificação das fontes do financiamento não resulta em aumento do investimento para o setor esportivo.

Mascarenhas, Pereira e Carneiro (2017) também integram o XX CONBRACE/VII CONICE de 2017. Os autores apresentaram uma pesquisa que tratava sobre o patrocínio das empresas estatais para o esporte com grande destaque para o protagonismo do futebol e das entidades de administração do esporte. Neste estudo, verificaram o montante investido pelas cinco estatais que mais patrocinaram o esporte no país e constataram que o patrocínio ao futebol e às entidades de administração esportiva girou em torno de 80% de tudo que foi investido, caracterizando assim o protagonismo dessas instituições.

De autoria de Mascarenhas, Athayde e Matias (2018), o livro: “Financiamento do esporte e lazer” é resultado de uma política de formação de agentes sociais vinculados ao Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC) e Vida Saudável. Caracterizado como um material de apoio aos cursistas, o livro aborda os temas do financiamento do esporte e do lazer em suas premissas mais básicas, sem, contudo, deixar de levar em consideração o conjunto do conhecimento já produzido sobre o tema. O livro constitui-se como leitura obrigatória para os estudos iniciais sobre o financiamento do esporte no Brasil.

Carneiro et al (2017) apresentam a matriz do financiamento no Brasil para o período de 2004 a 2015, que foi disponibilizada como parte integrante dos anais da 69ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) realizada em julho de 2017 na cidade Belo Horizonte – MG. No trabalho em questão, os autores afirmam que foi possível identificar a diversidade de fontes de recursos federais para o esporte, em que 56% são orçamentárias, 23% extraorçamentárias e 21% oriundas dos gastos tributários.

Silva et al (2019) elaboram capítulo no livro “POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER: CENTRO MG DA REDE CEDES”, de organização de Ana Cláudia Porfírio Couto, Luciano Pereira da Silva, Camila Evelin Roque e Glauce Teixeira Alves. O capítulo em questão é intitulado: ORÇAMENTO MUNICIPAL PARA POLÍTICAS DE ESPORTE E LAZER: O CASO DE BELO HORIZONTE/MG e aborda o tema do financiamento do esporte e do lazer na cidade de Belo Horizonte. Para os autores do texto, os recursos destinados ao esporte e lazer mostravam-se escassos para o período investigado, ressaltavam que os documentos orientadores do financiamento se mostravam relevantes para a compreensão do financiamento na cidade de Belo Horizonte. Ainda de acordo com os autores, o “fato da cidade possuir uma Secretaria Municipal de Esporte e Lazer se configura como passo primordial para garantia destes direitos.” (Silva et al, 2019, p. 165).

O trabalho de Nogueira (2019) é parte integrante dos anais do X Seminário do Laboratório de Economia e Gestão, realizado em maio de 2019 na cidade de Limeira-SP. No trabalho em questão, o autor aborda o tema do financiamento por meio do estudo das leis municipais de incentivo fiscal ao esporte. Com o trabalho desenvolvido, o autor constatou que, para a região pesquisada, apenas três municípios possuem uma lei de incentivo fiscal ao esporte e que cabia aos gestores esportivos dos municípios estimularem a criação de leis de incentivo ao esporte em suas respectivas cidades.

O trabalho de Barbosa, Monteiro e Bufoni (2020) é parte integrante do XXVII Congresso Brasileiro de Custos – Associação Brasileira de Custos, realizado entre os dias 09 e 11 de novembro de 2020. No manuscrito, os autores abordam os impactos esportivos e financeiros do programa ICMS Esportivo durante o período de 2011 a 2018, no município de Rio Pomba-MG e constataram que o município desenvolveu de modo coerente o programa, atingindo bons resultados nos aspectos econômicos.

Rocha, Oliveira e Valdevino (2020) desenvolvem trabalho que aborda a questão da administração financeira no futebol. Os pesquisadores estudam a relação entre a adesão ao Programa de Modernização da Gestão e à Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro

(PROFUT) com os times listados no Ranking Nacional de Clubes (RNC) e como estes clubes estão em relação ao endividamento, liquidez corrente, tangibilidade, tamanho e retorno sobre o patrimônio líquido. Como conclusão, os autores afirmavam que a adesão ao PROFUT não garante uma melhor estrutura de capital. O trabalho de Rocha, Oliveira e Valdevino (2020) também é parte integrante do XXVII Congresso Brasileiro de Custos – Associação Brasileira de Custos.

Em 2021, Carneiro et al (2021) apresentam no XXII Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte e IX Congresso Internacional de Ciências do Esporte (XXII CONBRACE/ IX CONICE) trabalho que versa sobre o financiamento da infraestrutura urbana de esporte e lazer no período de 2004 a 2019 e verificam que o direcionamento dos recursos se deu principalmente para os grandes eventos esportivos e concentraram-se na região sudeste do país.

Deste modo, a seguir, é possível visualizar o quadro com a lista dos trabalhos.

Demais produções					
Nº	Ano e tipo	Título	Autoria	Instituições	Local
01	2018 - LIVRO	Financiamento do Esporte e Lazer	Fernando Mascarenhas; Pedro Fernando Avalone Athayde; Wagner Barbosa Matias.	UnB	lume.ufrgs.br
02	2020 - CAP. LIVRO	O Financiamento Esportivo Brasileiro: proposta de metodologia crítica de análise ²²	Fernando Henrique Silva Carneiro; Fernando Mascarenhas.	IFG; UnB	researchgate.net
03	2019 - CAP. LIVRO	Orçamento municipal para políticas de esporte e lazer: o caso de Belo Horizonte/MG	Luciano Pereira da Silva; Brisa de Assis	UFMG	repositorio.ufmg.br

²² Obra já mencionada na seção dos artigos acadêmicos. Nesta oportunidade, os autores republicam o trabalho como capítulo do livro “A produção do conhecimento na Educação Física: pesquisas e parcerias do Centro da Rede Cedes no Distrito Federal” de organização de Pedro Fernando Avalone Athayde e Ingrid Dittrich Wiggers. O livro foi editado pela Unijuí no ano de 2020.

			Pereira; Ludmila Miranda Sartori; Natascha Stephanie Nunes Abade.		
04	2019 – TCC - ARTIGO	Análise do Investimento no Esporte e Desporto e no Programa Bolsa Atleta na Prefeitura de Boa Vista-RR ²³	Marcos Aurélio Guimarães.	UFF	app.uff.br
05	2017 - Anais de evento	A Configuração do Financiamento Esportivo Estadual: Estudo Comparativo entre Paraná e Santa Catarina	Fernanda Gimenez Milani, Pedro Henrique Iglesias Menegaldo; Fernando Augusto Starepravo	UEM	congressos .cbce.org.b r
06	2017 - ANAIS DE EVENTO	Patrocínio esportivo das empresas estatais: o protagonismo do futebol e das entidades de administração do esporte.	Fernando Mascarenhas; Cláudia Catarino Pereira; Fernando Henrique Silva Carneiro	UnB	congressos .cbce.org.b r
07	2017 - ANAIS DE EVENTO	A matriz de financiamento público federal do esporte no Brasil	Fernando Henrique Silva Carneiro; Cláudia Catarino Pereira; Marcelo Resende Teixeira; Wagner Barbosa Matias; Fernando Mascarenhas.	UnB	69 ^a Reunião Anual da SBPC - 16 a 22 de julho de 2017 - UFMG - Belo Horizonte/ MG

²³ Arquivo indisponível na página do Repositório Institucional da Universidade Federal Fluminense no momento da análise na data de 31 de maio de 2024.

08	2019 - ANAIS DE EVENTO	As Leis Municipais de Incentivo Fiscal ao Esporte da 4ª Região Esportiva da Secretaria Estadual de Esportes Lazer e Juventude	Mauro Augusto de Sousa Nogueira.	UNESP	econtents.b c.unicamp. br
09	2019 - ANAIS DE EVENTO	As Leis Municipais de Incentivo Fiscal ao Esporte da 4ª Região Esportiva da Secretaria Estadual de Esportes Lazer e Juventude	Mauro Augusto de Sousa Nogueira.	UNESP	econtents.b c.unicamp. br
10	2020 - ANAIS DE EVENTO	ICMS Esportivo: estudo de caso do município de Rio Pomba - MG	Elton Rogério Gonçalves Barbosa; Vagner Luiz Monteiro; André Luiz Bufoni.	UFRJ	anaiscbc.a bcustos.org .br
11	2020 - ANAIS DE EVENTO	PROFUT: uma análise da estrutura de capital de times brasileiros	Erika Maia Rocha; Francisco Ícaro Silvério de Oliveira; Rosângela Queiroz Souza Valdevino.	UERN	anaiscbc.a bcustos.org .br
12	2021 - ANAIS DE EVENTO	O financiamento da infraestrutura urbana de esporte e lazer no Brasil no orçamento federal de 2004 a 2019	Fernando Henrique Silva Carneiro; Eliane Elicker; Ywry Crystiano da Silva Magalhães; Fernando Mascarenhas.	Instituto Federal de Goiás (IFG); Universidade Federal do Acre (UFAC); Instituto Federal do Maranhão (IFMA)	congressos .cbce.org.b r

Quadro 14 - Demais produções acadêmicas. Fonte: dados da pesquisa. Elaboração própria.

Desse modo, a categoria “Demais Produções” totaliza 12 publicações que se subdividem conforme o gráfico abaixo:

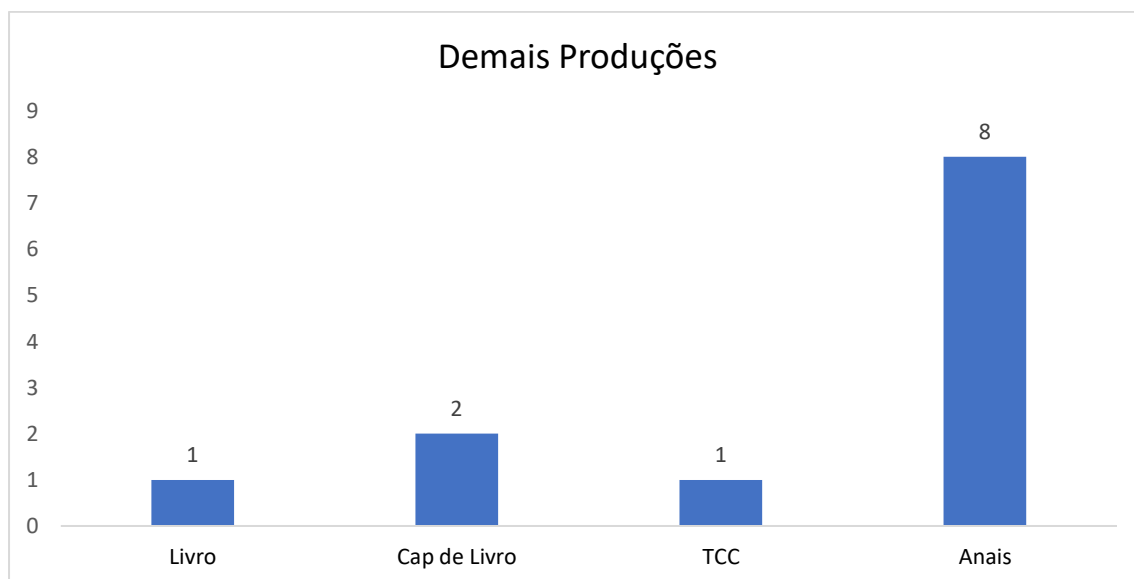


Gráfico 5 - Demais produções por tipo. Fonte: elaboração própria.

No que se refere à distribuição no tempo das “Demais Produções”, é possível perceber a seguinte sequenciação:

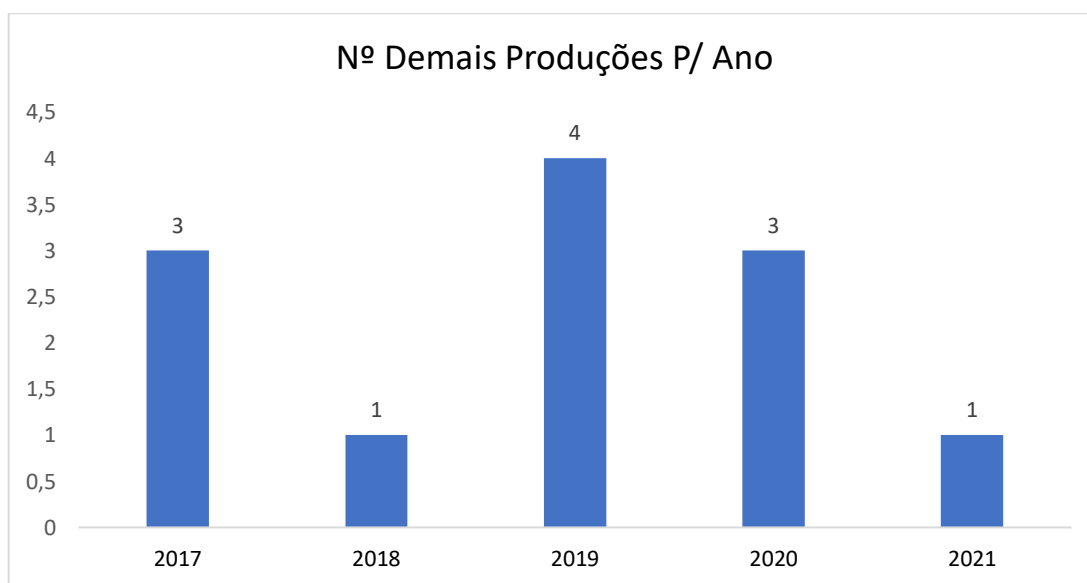


Gráfico 6 - Demais produções por ano. Elaboração própria.

Em vista disso, é fácil perceber a oscilação do número de publicações ao longo do tempo, onde o ápice foi em 2019.

Assim, com toda a exposição até aqui realizada, na sequência será apresentada o inventário da produção acadêmica sobre o financiamento do esporte no Brasil.

6 O INVENTÁRIO DA PRODUÇÃO

Com o desenvolvimento do trabalho, até aqui percebeu-se nas seções anteriores que as produções foram categorizadas e comentadas. Caminhamos por quatro categorias distintas (teses, dissertações, artigos e demais produções) em que, ao longo das leituras, foi possível notar a evolução tanto do quantitativo quanto do grau de desenvolvimento dos estudos.

Desse modo, pudemos perceber que as teses elaboradas tendo o financiamento esportivo como mote de escrita, teve o seu início no ano de 2018, que, cronologicamente, começou no Programa de Pós-graduação em Educação Física da Universidade de Brasília. Para o período de pesquisa abarcado por esta dissertação, pode-se dizer que a UnB inicia os estudos de financiamento ao nível do doutoramento, sendo seguida pelo Programa de Pós-Graduação da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Minas Gerais PPG-EEFFTO-UFMG, pelo Programa de Pós-graduação em Administração de Empresas do Departamento de Administração da PUC-Rio e por fim, novamente, pelo PPGEF-UnB.

Isso posto, podemos notar que os estudos ao nível do doutoramento vêm paulatinamente ampliando a sua capacidade de pesquisar e discutir sobre o tema do financiamento esportivo brasileiro.

No que se refere às dissertações, de acordo com o apresentado anteriormente, pode-se perceber que a região sudeste ainda é um centro aglutinador das produções à nível de mestrado, porém, assim como as demais regiões representadas, o Sudeste apresenta um trabalho em cada instituição de ensino. Desta feita, nenhuma Instituição de Ensino Superior desponta com polo aglutinador de pesquisa em financiamento esportivo no Brasil no que se refere às produções de dissertações.

Quando atingimos a categoria da publicação no formato “artigo”, conseguimos perceber que o volume das produções aumenta exponencialmente se comparadas às outras categorias aqui elencadas.

Ao somar as categorias Tese e Mestrado, atinge-se o total de 12 publicações; para a categoria artigos, foram identificados 49 trabalhos versando sobre os mais diversos temas atinentes ao financiamento esportivo. Os trabalhos versaram desde o financiamento dos programas sociais, passando pelas proposições de métodos de avaliação e crítica das políticas de financiamento de estados e municípios, conforme foi demonstrado nas tabelas apresentadas anteriormente.

Nesse sentido, para além dos temas abordados pelos artigos, com os achados desta pesquisa, foi possível elaborar a distribuição dos artigos por local de publicação, ou seja, quais os periódicos que servem de “base de lançamento” para os estudos dos pesquisadores do financiamento no Brasil. Desse modo, temos a seguir quadro demonstrativo da quantidade de artigos publicado por cada periódico.

Quantidade por periódico	Revista
07 publicações	Revista Brasileira de Ciências do Esporte
	Movimento
	Motrivivência
04 publicações	Revista Brasileira de Ciência e Movimento
	Revista Pensar a Prática
02 publicações	Revista Intercontinental de Gestão Desportiva
	Revista ALESDE
	Licere
01 publicação	Revista Eletrônica Do Programa de Pós-graduação da Câmara dos Deputados
	Revista eletrônica de Ciências Contábeis
	Revista de Gestão e Negócios do Esporte – RGNE
	Revista Corpoconsciência
	Revista Ciências Sociais
	Revista Brasileira de Estudos do Lazer
	Revista Educação Física da Universidade Estadual de Maringá - UEM
	Revista Brasileira de Educação Física e Esporte
	Podium Sporte, Leisure and Tourism Review
	Olimpianos – Journal of Olympic Studies
	Lúdica Pedagógica
	Journal of Physical Education
	E-legis
Caderno de Educação Física e Esporte	
Brazilian joournal of Education, Technology and Society (BRAJETS)	

Quadro 15 - Quantidade por periódico. Fonte: dados da pesquisa. Elaboração própria.

Diante da demonstração, pode-se perceber que a Revista Brasileira de Ciências do Esporte - RBCE, a Movimento e a Motrivivência representam os periódicos de maior difusão a respeito do financiamento esportivo no país, com sete (07) publicações em cada uma, o que representa aproximadamente metade de toda a produção elencada neste trabalho. Por outro lado, pode-se notar que há um número considerável de periódicos que contribuem com a difusão do tema com a publicação de pelo menos um (01) artigo em seus exemplares.

Outro ponto interessante a ser observado nos artigos é a verificação dos autores envolvidos. Assim temos:

Autor	Quantidade de artigos
Fernando Henrique Silva Carneiro	15
Fernando Mascarenhas	15
Fernando Marinho Mezzadri	11
Pedro Fernando Avalone Athayde	10
Marcelo Resende Teixeira	6
Suélen Barboza Eiras de Castro	6
Wagner Barbosa Matias	5
Edmilson Santos dos Santos	4
Marcelo Moraes e Silva	4
Philippe Rocha de Camargo	4
Claudia Catarino Pereira	3
Doralice Lange de Souza	3
Fernando Augusto Starepravo	3
Fernando Renato Cavichioli	2
Flávia da Cunha Bastos	2
Jorge Eduardo Scarpin	2
Katiuscia Mello Figuerôa	2

Leandro Casarin Dalmas	2
Nadson Santana Reis	2
Sabrina Furtado	2
Thiago de Oliveira Santos	2
Demais autores ²⁴	1

Quadro 16 - Autores envolvidos por produção acadêmica. Fonte: dados de pesquisa. Elaboração própria.

Com a listagem acima, se considerarmos o quantitativo da produção acadêmica, é possível notar que já há autores consolidados na discussão do tema do financiamento do esporte. Nesse sentido, pode-se também relacionar tal consolidação com as instituições envolvidas, isto é, existe uma relação direta entre os autores e as instituições com mais participações nas publicações sobre o financiamento esportivo no país, tendo em vista que os autores representam suas respectivas instituições.

Desse modo, vimos as universidades de Brasília e a Federal do Paraná como as instituições que mais promoveram o debate sobre o tema do financiamento por meio das produções acadêmicas de seus professores e estudantes.

²⁴ Todos os demais autores contam com uma (01) publicação sobre financiamento esportivo no período sob análise deste estudo. Alan de Carvalho Dias Ferreira; Alberto Reinaldo Reppold Filho; Alexandra Folle; Amanda Jorge Corrêa; Ana Paula Cabral Bonin Maoski; André Mendes Capraro; Antonio Osnei Souza; Bruna Lindman Bueno; Dirceu Santos Silva; Douglas Augusto Reginatto; Ednaldo da Silva Pereira Filho; Eduardo Roberto May Effting; Eliane Elicker; Elisabete dos Santos Freire; Evilásio Salvador; Ezer Wellington Gomes Lima; Fabiana Della Giustina dos Reis; Felipe Canan; Fernanda G. Milani; Hélder Ferreira Isayama; Jeferson Roberto Rojo; Juarez Vieira do Nascimento; Kassandra Pereira Vitor; Leandro Carlos Mazzei; Lino Castellani Filho; Luciana Letícia Sperini; Luciano Pereira da Silva; Luís Maurício Montenegro Marques; Marcelo de Castro Haiachi; Marcelo Paula de Melo; Marco Aurélio Gonçalves Nóbrega dos Santos; Maria José Carvalho; Mariângela Ribeiro dos Santos; Mayara Torres Ordonhes; Michel Angillo Saad; Nadyne Venturini Trindade; Natasha Santos; Oromar Augusto dos Santos Nascimento; Paulo Maurício de Souza; Pedro Bataglioli Cavazzoni; Rafael Silva Diniz; Rene Vinícius Donnangelo Fender; Ricardo João Sonoda Nunes; Ricardo Teixeira Quinaud; Rita Peloso Grasso; Rufino dos Santos; Sabrina Coelho dos Santos; Silvana Martins de Araujo; Vilde Gomes de Menezes; Wallinson Ramos Sant'ana da Luz; Wanderley Marchi Júnior; Yuri Rafael Dias; Ywry Crystiano da Silva Magalhães.

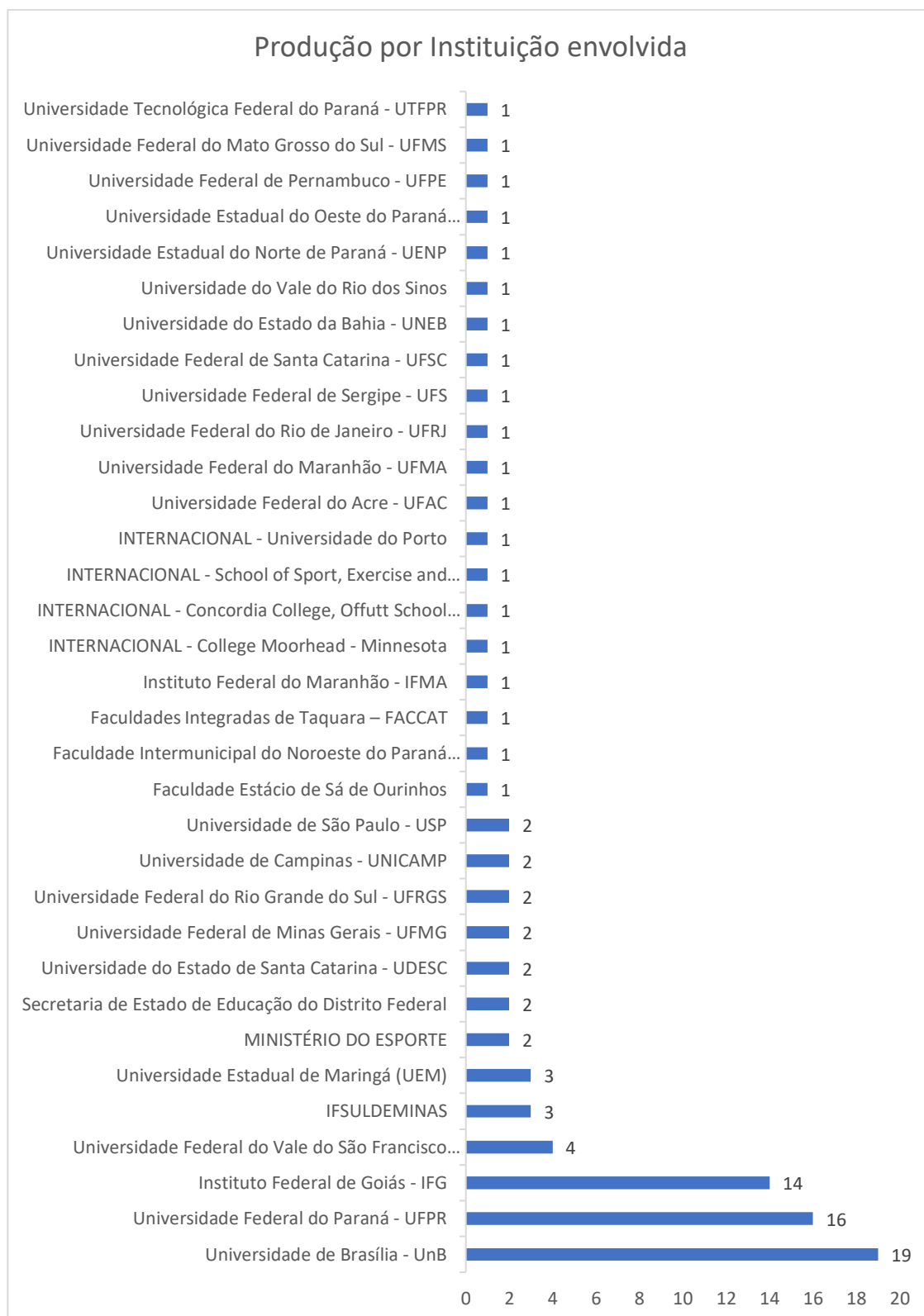


Gráfico 7 - Produção por instituição envolvida. Fonte: dados de pesquisa. Elaboração própria.

Dessa maneira, para o quesito das instituições envolvidas, pode-se notar que há três (03) grandes grupos, em que o primeiro é composto pelas Universidade de Brasília (UnB),

Universidade Federal do Paraná (UFPR) e pelo Instituto Federal de Goiás (IFG), que representam a ampla maioria das publicações e de pesquisadores envolvidos com os estudos sobre o financiamento esportivo.

Já o segundo grupo representa as instituições que estão no patamar intermediário da produção e envolvimento acadêmico nos estudos aqui abordados. Esse grupo é composto por dez (10) instituições e possuem uma variação de envolvimento entre quatro (04) e duas (02) produções acadêmicas.

Por fim, o terceiro grupo é composto por um conjunto de vinte (20) instituições que contribuem para os estudos sobre o financiamento com envolvimento em uma publicação. Nesse grupo, vale o destaque para três participações que contaram com pesquisadores de instituições internacionais.

Destarte os dados apresentados, nota-se que no primeiro grupo de instituições tem-se uma produção acadêmica voltada ao financiamento esportivo de forma mais intensa que, conseqüentemente, desdobra-se em um maior quantitativo da produção. Por outro lado, as demais instituições contribuem para a democratização do tema, tendo em vista ser possível ver a participação de instituições de ensino de todas as regiões do país.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dissertação em questão teve ao longo de todo o seu desenvolvimento o tema do financiamento esportivo no Brasil, afinado para os diversos tipos de produção acadêmica realizada no período de 2002 até 2022, abrangendo, portanto, vinte anos da produção do conhecimento.

Nesse intuito, ao refletir sobre os questionamentos iniciais deste trabalho, foi possível notar que o “estado de incipiência” da produção acadêmica sobre o tema do financiamento esportivo tem paulatinamente diminuído, ou seja, há um aumento significativo dos estudos sobre o financiamento esportivo, tendo em vista as demonstrações realizadas com os achados da pesquisa.

Observou-se que o número de publicações da pós-graduação (incluindo teses e dissertações) aumentou consideravelmente se comparadas a momentos anteriores, o que corrobora com os estudos de Pereira et al (2020), que já notava essa tendência para as publicações no formato artigo.

Já no que se refere à categoria dos artigos, não houve uma grande mudança quantitativa se comparado ao estudo de Pereira et al (2020), que estudou especificamente a produção dos artigos sobre financiamento no periodismo brasileiro. Na pesquisa dos autores citados, foram selecionados 43 artigos, enquanto nesta pesquisa foram selecionados 49, no período de 2002 até 2022. Cabe o destaque de que a pesquisa de Pereira et al (2020) abrange o período de 1998 até 2018, o que obviamente apresenta uma porção coincidente no que se refere ao tempo de pesquisa, resultando em artigos identificados em ambos os estudos.

Ainda assim, conforme já citado anteriormente, este trabalho amplia o escopo de análise da produção do conhecimento sobre financiamento esportivo por ter realizado a busca em outras bases de dados que não só os periódicos da área da Educação Física.

Portanto, a base de dados da Biblioteca Brasileira Digital de Teses e Dissertações – BDTD – foi responsável por apresentar o suporte necessário para identificação das teses e dissertações, assim também como tornar possível a identificação das instituições de origem de cada pesquisador em seu processo de formação acadêmica. Adiciona-se a isso, o fator de confiabilidade da base de dados da BDTD, por ser parte integrante do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBCTI, órgão oficial do governo brasileiro.

Ainda no sentido de ampliação do universo de análise, o trabalho valeu-se da base de dados do Google Acadêmico, que é uma plataforma de busca privada, mas com acesso gratuito, que favoreceu o desenvolvimento do estudo. Nessa base de dados, foi possível identificar todos

os tipos de produções acadêmicas apresentadas neste trabalho, a saber: teses, dissertações, artigos e demais produções, ou seja, para o desenvolvimento deste estudo, ela foi uma ferramenta que agregou à produção acadêmica, tornando mais cômodo a busca pelos dados de pesquisa necessários.

Tendo isso posto, observou-se que as temáticas abordadas pelas pesquisas aqui elencadas tiveram uma grande variedade, pois transitaram desde os temas da fonte, magnitude e gastos dos recursos públicos com esporte, perpassaram por temas como o financiamento das entidades esportivas, a legislação a respeito do financiamento e mais especificamente sobre as diversas leis de incentivo ao esporte, que já é possível ver suas implementações nos três níveis governamentais: municípios, estados e União.

Já no que se refere a quantificação dos trabalhos, ou seja, a métrica encontrada no decorrer da pesquisa, foram identificados quatro (04) teses, oito (08) dissertações, quarenta e nove (49) artigos e doze (12) publicações alocadas na categoria “demais produções”, que agregam as monografias, resumos de trabalhos apresentados em eventos, capítulos de livros e livros. Desse modo, os valores encontrados para o estabelecimento da métrica apresentada deixa explícito que é notório o desenvolvimento dos estudos sobre o financiamento no país.

Para além disso, nota-se também que os estudos sobre o financiamento estão integrando os mais diversos formatos de publicação, tendo em vista que estão presentes desde os trabalhos de conclusão da graduação, perpassando pelas publicações de eventos científicos e apresentando maior solidez teórica na pós-graduação.

Assim, diante do cenário exposto, observou-se também quais pesquisadores e instituições contribuíram ao longo do tempo com os estudos do financiamento esportivo. Para esse item, constatou-se que os pesquisadores podem ser alocados em quatro grupos.

No primeiro, há altíssima produtividade acadêmica, contando com dez (10) a quinze (15) publicações sobre o tema. Esses autores, para aquele momento da divulgação de suas pesquisas, tinham seu locus de trabalho em instituições como UnB, UFPR e IFG, representando assim as instituições com maior participação e desenvolvimento dos estudos do financiamento.

No segundo grupo de autores, constam as participações entre três (03) a seis (06) publicações sobre o tema e estavam com seus pontos de pesquisa em universidades, tais quais: UnB, UFPR, UNIVASF e UEM.

O terceiro grupo de autores são aqueles que desempenharam com o quantitativo de duas (02) publicações e estavam com vínculos nas seguintes instituições: USP, Concordia College (instituição internacional), UFPR e UnB.

Por fim, o quarto grupo de autores, que representam, até a realização deste estudo, pesquisadores²⁵ ingressantes na temática do financiamento esportivo, tendo em vista ter sido localizado um (01) trabalho sobre o tema durante o período de análise. Esses pesquisadores contribuem sobremaneira para a disseminação da temática no território brasileiro, pois realizaram suas publicações em diversos formatos e possuíam seu local de trabalho em universidades presentes em todas as regiões do Brasil. É um grupo sem o quantitativo de produção elevado, porém é o maior grupo identificado nesta pesquisa.

Dessa forma, pode-se perceber que a Universidade de Brasília e a Universidade Federal do Paraná estiveram presentes em todas as categorias de publicação, representando assim instituições aglutinadoras da pesquisa sobre o financiamento esportivo.

Com tudo o que já foi apresentado até aqui, percebeu-se que a pesquisa poderia ter avançado em diversos outros pontos de análise, tendo em vista a quantidade de informações/dados coletados. Um dos pontos que poderiam ter sido mais bem explorado, seria a identificação e avaliação da participação dos grupos de estudos, formalmente constituídos na produção do conhecimentos sobre o tema aqui abordado, uma vez que só se levou em consideração autores e instituições envolvidas. Para tanto, poderia ter sido feito também a quantificação da participação dos grupos no que se refere às produções acadêmicas. Isso posto, reconhece-se este ponto como uma lacuna do estudo, que pode sinalizar possibilidades para estudos a posteriori.

Por fim, mesmo que a trajetória traçada durante o desenvolvimento deste estudo tenha apresentado percalços, acredita-se que, em termos gerais, o trabalho deu conta de responder aos seus questionamentos iniciais, principalmente no que se refere à quantificação e categorização das pesquisas elencadas. Diante disso, faz-se necessário, em momentos vindouros, a continuidade dos estudos sobre o financiamento, seja com os estudos de caráter exploratórios descritivos, sejam com os de caráter mais propositivo a respeito do financiamento do esporte.

²⁵ Ver nota de rodapé número 16.

REFERÊNCIAS

CARNEIRO, Fernando Henrique Silva; MASCARENHAS, Fernando. O financiamento esportivo brasileiro: proposta de metodologia crítica de análise. **E-Legis**, Brasília, v. 1, n., p. 119-140, nov. 2018. Número Especial – Pesquisas e Políticas sobre Esporte.

AVANTE. **Transparência do Esporte**. 2023. Disponível em: <http://www.transparencianoesporte.unb.br/#/inicio>. Acesso em: 11 set. 2023.

ALMEIDA, Bárbara Schausteck de. **O financiamento do esporte olímpico e suas relações com a política no Brasil**. 2010. 122 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Educação Física, Departamento de Educação Física, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

CARNEIRO, Fernando Henrique Silva; ATHAYDE, Pedro Fernando Avalone; PEREIRA, Cláudia Catarino; MASCARENHAS, Fernando. A matriz de financiamento público federal do esporte no Brasil. In: CARNEIRO, Fernando Henrique Silva; MASCARENHAS, Fernando (org.). **O financiamento público do esporte no Brasil: análise e avaliação do governo federal**. Curitiba: Crv, 2021. Cap. 1. p. 21-49.

ATHAYDE, Pedro et al. O ESPORTE COMO DIREITO DE CIDADANIA. **Revista Pensar a Prática**, [s. I], v. 19, n. 2, p.490-501, abr. 2016. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/fef/article/view/34049/pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2022.

ARAUJO, Silvana Martins de. Apresentação. In: ARAUJO, Silvana Martins de; FALCÃO, José Luiz Cirqueira; LARA, Larissa; ATHAYDE, Pedro (org.). **Ciências do Esporte, Educação Física e Produção do Conhecimento em 40 Anos de CBCE**. Natal: Edufrn, 2020. p. 07-12.

Atividades Físicas e Esportivas para Todas as Pessoas. Brasília: PNUD, 2017. BOSCHETTI, Ivanete. Avaliação de políticas, programas e projetos sociais. In: CFESS/ABEPSS. **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS, ABEPSS, 2009, p. 575-593.

BRASIL. Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações. Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. **Acesso e visibilidade às teses e dissertações brasileiras**. 2023. Disponível em: <https://bdtd.ibict.br/vufind/>. Acesso em: 12 out. 2023.

BRASIL. **Lei Nº 11.438**. Dispõe sobre incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivo e dá outras providências.

BRACHT, V. *et al.* Educação Física Escolar como tema da produção do conhecimento nos periódicos da área no Brasil (1980-2010): parte I. **Movimento**, v. 17, n. 2, p. 11-34, 2011.

CARNEIRO, Fernando Henrique Silva. **O financiamento do esporte no Brasil: aspectos da atuação estatal nos governos Lula e Dilma**. 2018. 385 f. Tese (Doutorado) - Curso de Educação Física, Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

CARNEIRO, Fernando Henrique Silva; ATHAYDE, Pedro Fernando Avalone; MASCARENHAS, Fernando. Era uma vez um ministério do esporte...: seu financiamento e gasto nos governos Lula, Dilma e Temer. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 31, n. 60, p. 01-22, out. 2019. Trimestral.

CARNEIRO, Fernando Henrique Silva; MASCARENHAS, Fernando. O financiamento esportivo brasileiro: proposta de metodologia crítica de análise. **E-Legis**, Brasília, v. -, n. Especial, p. 119-140, nov. 2018.

CASTELLANI FILHO, Lino. Estado moderno. In: GONZÁLEZ, Fernando Jaime; FENSTERSEIFER, Paulo Evaldo (org.). Dicionário crítico de educação física. 3. ed. Ijuí: Unijuí, 2014. p. 269-275.

CORRÊA, Amanda Jorge; SILVA, Marcelo Moraes e; MEZZADRI, Fernando Marinho; CAVICHIOLLI, Fernando Renato. Financiamento do esporte olímpico de verão brasileiro: mapeamento inicial do programa "bolsa-atleta" (2005-2011). **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 17, n. 4, p. 1-15, out. 2014. Trimestral.

FAGNANI, Eduardo. Avaliação do ponto de vista do gasto e financiamento das políticas públicas. In: RICO, Elizabeth Melo (Org) Avaliação de Políticas Sociais: uma questão em debate. 6. Ed. São Paulo: Cortez: Instituto de Estudos Especiais, 2009.

FIGUEROA, Katiúscia Mello; MEZZADRI, Fernando Marinho; SILVA, Marcelo Moraes e. Rio 2016: possibilidades e desafios para o esporte brasileiro. **Motrivivência**, Florianópolis, v. -, n. 41, p. 140-154, dez. 2013. Semestral.

MANDEL, Ernest. O Estado na fase do capitalismo tardio. In: Mandel, Ernest. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural (Os economistas), 1982. p. 333-350.

MASCARO, Alysson Leandro. Estado e forma política. São Paulo: Boitempo, 2013.

MATIAS, Wagner Barbosa. **O enigma olímpico**: o controvertido percurso da agenda e políticas esportivas do governo Lula. 2013. 199 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Faculdade de Educação Física, Programa de Pós-graduação em Educação Física, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

MOREIRA, Fátima de Souza. **Financiamento das políticas públicas de Esporte no governo do Estado do Pará (2012 - 2015)**. 2020. 231 f. Tese (Doutorado) - Curso de Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Departamento de Educação Física, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020.

NASCIMENTO, Amanda Sousa do. **A lei federal de incentivo ao esporte**: análise do perfil dos proponentes e financiadores dos projetos esportivos (2007-2016). 2019. 146 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Educação Física, Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019.

PEREIRA, Cláudia Catarino. **As empresas Estatais e o financiamento do esporte nos governos Lula e Dilma**. 2017. 187 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Educação Física, Programa de Pós-graduação em Educação Física, Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

PEREIRA, Cláudia Catarino; CARNEIRO, Fernando Henrique Silva; REIS, Nadson Santana; ATHAYDE, Pedro Fernando Avalone; MASCARENHAS, Fernando. O financiamento do esporte no periodismo científico brasileiro:: uma revisão sistemática. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 32, n. 62, p. 01-22, abril 2020. Trimestral.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. Para maior compreensão da política social: concepções básicas de estado versus sociedade. In: PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. **Política social: temas e questões**. São Paulo: Cortez, 2009. p. 135-162.

PINALI, Rosângela Gomes. **Financiamento dos programas federais de esporte e lazer no Brasil: 1995-2016**. 2019. 158 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Departamento de Educação Física, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

PNUD. **Relatório de Desenvolvimento Humano Nacional - Movimento é Vida: Atividades Físicas e Esportivas para Todas as Pessoas**. Brasília: PNUD, 2017.

PRONI, Marcelo Weishaupt. Observações sobre impactos econômicos esperados dos jogos olímpicos de 2016. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 33, n. 32, p. 49-70, jun. 2009. Semestral.

SALVADOR, Evilásio; TEIXEIRA, Sandra Oliveira. Orçamento e políticas sociais: metodologia de análise na perspectiva crítica. *Rev. Pol. Públ.*, São Luís, V. 18, n. 1, p. 15-32, jan-jun. 2014.

SANTOS, Luciana Letícia Sperini Rufino dos. **Gestão pública municipal de esporte no estado do Paraná: estrutura administrativa e financiamento**. 2016. 118 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Educação Física, Departamento de Educação Física, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2016.

STAREPRAVO, Fernando Augusto; REIS, Leôncio José de Almeida; MEZZADRI, Fernando Marinho; MARCHI JÚNIOR, Wanderley. Esporte universitário brasileiro: uma leitura a partir de suas relações com o estado. **Rev. Bras. Cienc. Esporte**, Campinas, v. 31, n. 3, p. 131-148, maio 2010. Quadrimestral.

THOMAZ, Florismar Oliveira. Política de lazer. In: GONZÁLEZ, Fernando Jaime; FENSTERSEIFER, Paulo Evaldo. (org). **Dicionário crítico de educação física**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2014. p. 508-510.

THOMAZ, Florismar Oliveira. Política esportiva. In: GONZÁLEZ, Fernando Jaime; FENSTERSEIFER, Paulo Evaldo. (org). **Dicionário crítico de educação física**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2014. p. 510-513.

VERONEZ, Luiz Fernando Camargo. **Quando o Estado joga a favor do privado**: as políticas de esporte após a Constituição de 1988. 2005. 376f. Tese (Doutorado em Educação Física) - Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

GUIMARÃES, Adriana Aparecida. **POLÍTICAS PÚBLICAS NO ÂMBITO DO MINISTÉRIO DO ESPORTE E OS PLANOS PLURIANUAIS DOS GOVERNOS FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA E DILMA ROUSSEFF**: com o orçamento quem ganha o quê, quando e como?. 2017. 204 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2017.

CARNEIRO, Fernando Henrique Silva; PEREIRA, Cláudia Catarino; TEIXEIRA, Marcelo Resende; HÖNGARO, Edson Marcelo; MASCARENHAS, Fernando. Orçamento do esporte no governo Dilma: a primazia dos interesses econômicos e o direito escanteado. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, [S.L.], v. 41, n. 4, p. 343-349, out. 2019. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1016/j.rbce.2018.03.032>.

NOGUEIRA, Mauro Augusto de Sousa. As Leis Municipais de Incentivo Fiscal ao Esporte da 4ª Região Esportiva da Secretaria Estadual de Esportes Lazer e Juventude. Seminários do LEG, Limeira, SP, n. 10, 2020. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/eventos/index.php/leg/article/view/3541>. Acesso em: 31 maio. 2024.